

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDREZZA POLLYANNA BARBOSA DOS SANTOS

**FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
A PARTIR DOS DADOS DO IDEB**

CARUARU

2016

ANDREZZA POLLYANNA BARBOSA DOS SANTOS

**FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
A PARTIR DOS DADOS DO IDEB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco, centro acadêmico do agreste, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andreza Daniela Pontes Lucas.

CARUARU

2016

Catálogo na fonte:

Bibliotecária – Paula Silva – CRB/4-1223

S237f Santos, Andrezza Pollyanna Barbosa dos.
Fatores determinantes da qualidade da educação: uma análise a partir dos dados do Ideb. / Andrezza Pollyanna Barbosa dos Santos. – 2017.
78f.; il.: 30 cm.

Orientadora: Andrezza Daniela Pontes Lucas.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.
Inclui Referências.

1. Educação básica (Pernambuco). 2. Avaliação (Pernambuco). 3. Indicadores educacionais (Pernambuco). I. Lucas, Andrezza Daniela Pontes (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2017-166)

ANDREZZA POLLYANNA BARBOSA DOS SANTOS

**FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
A PARTIR DOS DADOS DO IDEB**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste.

Aprovada em: 25/01/2017

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a Andreza Daniela Pontes Lucas
Setor de Ciências Econômicas
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Cynthia Xavier de Carvalho
Setor de Ciências Econômicas
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. M.e Felipe Fernando Pereira de Souza
Setor de Administração
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser essencial em minha vida, seu fôlego de vida em mim me foi sustento, e não me fez desistir na hora da angústia.

Aos meus pais, Amaury José dos Santos (*in memoriam*) e Helena Barbosa dos Santos, pelo amor, incentivo, apoio e carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

À minha irmã, Maria Aline Barbosa dos Santos, pela presença carinhosa, atenção e amor, durante toda minha vida.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Andreza Daniela Pontes Lucas, pela amizade, paciência, comprometimento e confiança, ao longo da pesquisa para a conclusão do trabalho.

Aos docentes do Curso de Ciências Econômicas, em especial, Sônia Fonseca, Monaliza Ferreira e Cynthia Carvalho, pelo seu conhecimento compartilhado e paciência, que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Aos amigos formados durante esta jornada, Tarcísio Nunes, Alexandra Gomes, Rodrigo Araújo, Mayara Lima, Anne Elloyse, Anna Rafaella e Tamyris Telino, pela amizade e disposição de ajudar sempre.

Por fim, agradeço aos funcionários das escolas visitadas, por abrirem as portas para que esse estudo fosse desenvolvido.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Amaury José dos Santos (*in memoriam*), que apesar da ausência física que tão precocemente me deixou, existe a certeza de uma presença inexplicável, que me acompanha desde o momento em que partiu, que me impulsionou durante minhas dificuldades e que me iluminou nos momentos de dúvidas e incertezas.

Hoje vivo mais um dia de conquista, e como sempre tenho você ao meu lado, se cheguei até aqui, foi porque você acreditou em mim, você é parte disso tudo e essa vitória também é sua.

RESUMO

À medida que a população investe em capital humano, em longo prazo, as desigualdades sociais tendem a diminuir. Um importante indicador utilizado na atualidade para avaliar a qualidade da educação brasileira é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Este trabalho parte de uma revisão da literatura acerca da história da educação brasileira, analisando-a na atualidade. A análise é feita através dos dados do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental nos vários estados do Brasil, depois é feita uma observação mais acurada no estado de Pernambuco, para então se concluir a análise com uma pesquisa de campo na escola que obteve o pior resultado no agreste de Pernambuco em 2015 e a escola que obteve o melhor resultado de Pernambuco no mesmo ano. Nas escolas estudadas observou-se que os resultados satisfatórios são consequência, sobretudo do comprometimento das pessoas envolvidas e não tanto da quantidade de investimento.

Palavras-chave: Avaliação da qualidade da educação. Educação Básica. IDEB.

ABSTRACT

As the population invests in human capital, in the long run, social inequality tends to decrease. An important indicator used nowadays to evaluate Brazilian education is the Basic Education Development Index (IDEB). This work depart from a literature review about Brazilian education history, analyzing it in the present moment. The analysis is made using the IDEB of the first years of basic education in the different states of Brazil, afterward it is done a more accurate observation of the state of Pernambuco. The analysis it concluded with a study of case in the school with the worst result in the Agreste region of Pernambuco in 2015 and in the school with the best result of Pernambuco in the same year. In the studied schools, it was observed that the satisfactory results are mainly a consequence of the commitment of the management and not so much of the amount of investment.

Key words: Evaluation of the quality of education. Basic education. IDEB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 Ilustração do conjunto de metodologias utilizadas	18
Figura 3.1 Sistema Educacional Brasileiro.....	16
Figura 4.1 Mapa das mesorregiões de Pernambuco.....	24
Figura 4.2 Mapa de Pernambuco das metas do IDEB 2015	39
Figura 4.3 Maiores notas do IDEB 2015 das escolas dos municípios de Pernambuco	41
Figura 4.4 Menores notas do IDEB 2015 das escolas dos municípios de Pernambuco	42
Figura 5.1 Placa enviada pela secretaria de educação	54
Gráfico 5.1 Idade dos alunos.....	55
Gráfico 5.2 Desempenho do IDEB do Brasil, Pernambuco, Escola A e Escola B, de 2005 a 2015	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 Porcentagem do investimento público total em educação, do Brasil e países da OCDE no ano de 2012.....	25
Tabela 3.2 Investimento público direto em educação por estudante, no Brasil, em reais, dado a inflação do ano base de 2014 (2000-2014).	26
Tabela 3.3 Investimento público total em educação em relação ao PIB do Brasil de 2000 – 2014. Ano base 2014.	27
Tabela 3.4 Taxa de evasão escolar do Brasil no Ensino Fundamental I (2014-2015).	28
Tabela 3.5 Resultado do PISA no Brasil a partir do ano 2000	28
Tabela 3.6 Desempenho no PISA dos países membros da OCDE e do Brasil no ano de 2015	30
Tabela 4.1 IDEB fundamental I – Rede Municipal – Estados Brasileiros	37
Tabela 4.2 Porcentagem de municípios que atingiram e/ou ultrapassaram a meta do IDEB no ano de 2015	40
Tabela 5.1 Resumo estudo de caso	56
Tabela 6.1 Fatores determinantes.....	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos.....	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 Estrutura do trabalho.....	14
2 METODOLOGIA.....	15
3 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	17
3.1 Breve Histórico.....	17
3.1.1 República Velha (1889-1930).....	20
3.1.2 Segunda República (1930-1945).....	21
3.1.3 Terceira República (1985 até os dias atuais)	22
3.2 A educação no Brasil e no mundo.....	24
3.3 IDEB.....	31
4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA PESQUISA.....	35
5 PESQUISA DE CAMPO	44
5.1 Cidades Visitadas	44
5.1.1 Bonito	44
5.1.2 Gravatá.....	45
5.2 Escolas visitadas	46
5.2.1 Escola A.....	47
5.2.2 Escola B.....	50
5.2.3 Comparação entre as escolas.....	54
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
7 CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO GESTOR.....	67
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PROFESSOR.....	72
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ALUNO.....	77

1 INTRODUÇÃO

Uma das consequências que uma educação de qualidade promove, são os altos níveis de renda e crescimento de um país, segundo a teoria do capital humano (Schultz, 1971) já que é capaz de incrementar a produtividade, ou seja, quanto mais se acumula capital humano, mais se obtém uma renda melhor no futuro.

Ainda de acordo com Schultz (1971), o capital humano é a acumulação de conhecimento de um indivíduo. Ele relata que quanto mais as pessoas investem em si mesmas, mais é ampliado o raio de escolha, ou seja, o investimento em educação feito no presente implica em maiores oportunidades de trabalho no longo prazo com maiores salários e conseqüentemente um maior bem-estar.

Portanto, o investimento maciço em educação, ocasiona uma transformação social positiva, na qual contribui para o desenvolvimento econômico.

Ao longo dos anos, o Brasil vem tentando desenvolver indicadores que possibilitem medir a qualidade do aprendizado, para observar a real situação do conhecimento adquirido nas escolas, e com isso projetar metas para melhorias do ensino a longo prazo. Antes do Ministério da Educação ser criado, no ano de 1930, o Departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça, era o responsável pelos assuntos que dizem respeito à educação. Após a criação do ministério, foi declarado que a educação seria essencialmente pública, ou seja, tornando-a não excludente, e pautada pelos "(...) princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola" (SAVIANI, 2006. P.33). Essas reformas foram decisivas para o desenvolvimento do país, mas sabia-se que era um trabalho lento e era preciso ter atenção redobrada, já que foram surgindo problemas, dentre eles a evasão escolar, impulsionada por aqueles alunos que na maioria dos casos, eram repetentes. Outro problema encontrado, foi o fato de as escolas terem a prática de aprovar todos os alunos, mesmo aqueles que não conseguiam atingir um desempenho satisfatório para aprovação em uma ou mais disciplinas, comportamento esse que foi gradativamente difundido no país. Segundo Klein & Ribeiro (1991) o principal problema de fluxo de alunos nos sistemas é a excessiva taxa de repetência escolar, principalmente nas primeiras séries.

Com o objetivo de avaliar de maneira mais precisa a educação no país, o **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)** começou a ser calculado no ano de 2007, e utiliza dois componentes: médias na Prova Brasil e Saeb, e Taxa de Aprovação, medida a partir do censo escolar. Este índice serve não só para mensurar a qualidade da educação nas escolas públicas, como também é uma ferramenta para a criação de políticas públicas eficientes, que visam contribuir para o melhoramento do atual cenário educacional do país, para que ocorram mudanças reais efetivas, dado que o país ainda não conseguiu obter resultados satisfatórios. Foram estipuladas metas para cada unidade de ensino, onde cada uma parte de um ponto distinto, sendo que aquelas que estão em pior situação têm que se esforçar mais, e espera-se que essas unidades mantenham o esforço necessário para atingir as metas, para que futuramente o Brasil obtenha a meta almejada, que segundo o **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, é um valor de 6,0 para o Brasil, até o ano de 2021. Essa meta foi fixada através do **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)** e tem como referência os países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia, que são os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Educação Básica no Brasil se tornou obrigatória dos 4 aos 17 anos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (12.796, de 4 de abril de 2013), sob pena de multa ou detenção de 15 dias a 1 mês, para os pais que não cumprirem com suas obrigações de matricular seus filhos (artigo 249, Estatuto da Criança e do Adolescente, 11 de novembro de 2009) e não mais facultativa, como era antes da lei ser implementada, onde o aluno só era obrigado a ingressar na escola a partir dos 6 anos de idade. Apesar dessas mudanças, ainda é difícil ter 100% dos alunos que estão em idade escolar na sala de aula, com isso, na maioria das vezes fica difícil atingir as metas estipuladas para que se tenha uma Educação Básica de boa qualidade para todos.

Segundo Bzuneck (2009) além de transmitir o conhecimento em sala de aula, os professores desempenham o papel de reconquistar os alunos desmotivados e/ou

nortear aqueles que apresentam motivação deturpada. Porém, para se ter uma educação de qualidade, é necessário que pais, alunos, professores e a escola em geral, desempenhem seu papel de forma satisfatória, e o mau desempenho no IDEB não pode ser atribuído à apenas um destes grupos.

Depois de aplicadas as avaliações para medir a qualidade do aprendizado nas escolas, através do IDEB, espera-se que se observem as falhas apontadas, como a carência no ensino de português e/ou matemática, taxa de repetência e evasão escolar, e os órgãos competentes façam as devidas mudanças, para que todos obtenham uma educação de qualidade.

Conforme já anunciado, a preocupação com o ensino nas escolas constitui o alicerce essencial nessa proposta de pesquisa. Sendo assim, buscou-se saber quais os condicionantes relevantes nas escolas que demonstram desempenho contrastante, como também os que levam a obter resultados satisfatórios, para que a longo prazo possa auxiliar na elaboração de políticas públicas.

Nesse seguimento, essa análise representou um viés para que fosse feita uma reflexão, sobre a aprendizagem dos alunos, nessas instituições de ensino. Considera-se então bastante relevante fazer essa investigação, já que não foram encontrados na literatura estudos sobre as escolas da mesorregião do agreste pernambucano. Foram usados como parâmetro os dados divulgados do IDEB, além disso se foi a campo para busca de uma melhor compreensão de tais dados.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Fazer uma análise da situação dos anos iniciais da Educação Básica, das escolas da mesorregião do agreste de Pernambuco, a partir de dados do IDEB.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Fazer o estudo do histórico da educação brasileira, de modo a compreender melhor sua atual conjuntura;

- Comparar dados da educação brasileira com o de outros países do mundo para entender sua posição no contexto mundial;
- Entender como é mensurada a qualidade da educação no Brasil, analisando a diferença entre os resultados dos diferentes locais do Brasil;
- Através de dois estudos de caso, buscar uma melhor compreensão para os fatores que determinam tais resultados.

1.2 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em sete partes, conforme detalhado a seguir. O Capítulo 1 é esta introdução, onde é explanada a justificativa e relevância deste estudo, além dos objetivos geral e específicos a serem atingidos ao final do trabalho. O Capítulo 2 é destinado à metodologia utilizada durante o trabalho. Enquanto que o Capítulo 3 é dedicado à revisão da literatura, onde foi feito um levantamento da produção científica relevante ao tema estudado, para adquirir conhecimento sobre o mesmo. O Capítulo 4 é destinado à análise descritiva dos dados da pesquisa. O Capítulo 5 é reservado à pesquisa de campo. A análise dos resultados e as considerações finais podem ser encontradas respectivamente nos capítulos 6 e 7.

2 METODOLOGIA

Para a efetivação desse trabalho, foram utilizadas três etapas principais:

- A Revisão da Literatura, onde foi feito um levantamento da produção científica, buscando-se identificar alguns trabalhos publicados na área e analisar tal material com o propósito de adquirir conhecimento sobre o tema estudado.
- A Estatística Descritiva, utilizada para descrever, analisar e interpretar os dados coletados do IDEB de todos os estados do Brasil e também os dados coletados através da pesquisa de campo.
- A Pesquisa de Campo, utilizada para coletar dados, diretamente da realidade, para a partir daí, identificar os fatores determinantes que levaram as escolas a obterem tais resultados.

A preferência por esses tipos de métodos, foi justificada pelo fato de tentar compreender a especificidade de duas escolas da mesorregião do agreste pernambucano, a partir de um critério estabelecido de forma antecipada, ao qual foi escolhida a escola que obteve a maior e a menor nota no IDEB 2015.

A partir daí, as duas escolas foram chamadas de: Escola A, que consiste na que obteve a menor nota, e fica localizada no município de Gravatá e Escola B, que consiste na que obteve a maior nota, e fica localizada no município de Bonito.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental, da Educação Básica, foram escolhidos para a realização da pesquisa. Além da observação sistemática, foi aplicado um questionário igual em cada unidade de ensino, para ser respondido por gestores, educadores e alunos.

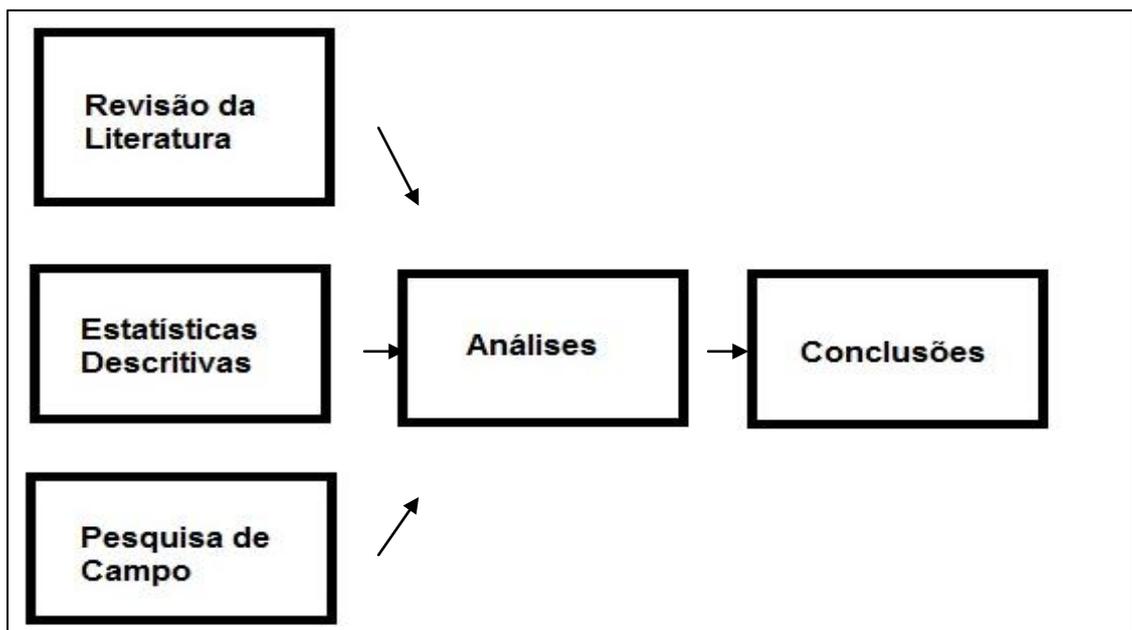
Para Ludke e André (1986) esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes, o que fica então caracterizada como um estudo de caso.

Através da investigação realizada nas duas escolas, ficou claro evidenciar os fatores que levaram as escolas apresentarem resultados divergentes.

Foram então observadas as duas realidades escolares. Segundo Triviños (2009) esta linha de investigação segue os passos do método comparativo, descrevendo, explicando e comparando por justaposição e comparação propriamente dita os fenômenos.

Esta verificação permitiu que esse estudo de caso tivesse seu objetivo alcançado, que será apresentado ao longo desse trabalho. A ilustração abaixo é um esboço do conjunto de metodologias utilizadas.

Figura 2.1 Ilustração do conjunto de metodologias utilizadas.



Fonte: Elaboração própria

3 EDUCAÇÃO NO BRASIL

3.1 Breve Histórico

O processo de implantação da educação no Brasil foi sendo introduzido aos poucos, pelos padres da Igreja Católica, da ordem dos jesuítas, a partir do ano de 1549. Nesta época, começava a surgir uma nova doutrina, chamada de protestantismo, devido a divisão da Igreja Católica entre: ocidente e protestante. Para tentar conter o avanço do protestantismo, os jesuítas faziam mobilizações, sobretudo com os índios, para fortalecer o catolicismo. Os jesuítas foram responsáveis pelas primeiras escolas construídas no país, com ensino gratuito, onde ensinavam os brancos e os índios, a escrever, ler e rezar. Os negros, por sua vez, só chegaram ao Brasil no ano de 1580, e foram levados direto para serem escravizados nos canaviais do nordeste.

Os jesuítas perduraram por mais de 200 anos no país, quando foram exonerados desta função no ano de 1759, após a chegada de Sebastião José de Carvalho e Melo, vindo de Portugal, da cidade de Pombal. A ele foi dado um título de nobreza, e o mesmo passou a ser reconhecido como Marquês de Pombal, ficando então responsável pela segunda fase de implantação da educação no Brasil.

Com isso, ele travou uma batalha entre os padres jesuítas da época, ficando conhecido como o maior inimigo deles. Ele atrelou aos padres jesuítas a responsabilidade pelo declínio cultural e educacional, que predominava na sociedade naquela época. A implantação da educação foi lenta, pois os jesuítas deixaram marcas profundas na cultura e civilização do país, devido à excessiva educação religiosa, então começou-se a fazer substituições, e o pensamento religioso, que até então era marcante, foi dando espaço a uma educação moderna, livre das barreiras impostas pela igreja. Foi preciso fazer reformas bruscas, tanto no campo, como na cidade, motivadas por um pensamento que defendia a ideia de que a razão era a melhor maneira de se alcançar a autonomia, a liberdade, e a emancipação, o que ficou conhecido por pensamento iluminista. Estas reformas ficaram conhecidas como “reforma pombalina”, por ter sido iniciada após a chegada do Marquês de Pombal.

Esperava-se então, formar um indivíduo, que olhasse de forma mais ampla, que tivesse senso crítico, e tivesse argumentos para se posicionar diante de fatos impostos pela sociedade, tornando-a mais democrática e laica.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2006), os estados modernos que estavam se adaptando a essas mudanças, solicitavam que fizesse um planejamento capaz de acompanhar as transformações sofridas na sociedade.

A situação educacional no Brasil era bastante crítica, pelo fato de não haver escolas técnicas nem instituições de ensino superior no país, já que na época dos jesuítas, a educação era voltada para o ensino religioso, e os interesses econômicos do país eram deixados em segundo plano. Algumas características evidenciavam essa situação, dentre elas, o fato da imprensa ser proibida de se posicionar, também não se imprimiam livros no Brasil, os poucos livros que circulavam no país, vinham do estrangeiro, e era extremamente difícil de obtê-los, já que os portos não eram autorizados a transportar esse tipo de material.

[...]aqueles que tinham interesse e condições de cursar o ensino superior deveriam continuar enfrentando os riscos das viagens e frequentar a Universidade de Coimbra Reformada e/ou outros centros europeus. Assim, fica evidenciado que as Reformas Pombalinas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista [...].(RIBEIRO, 1998).

Caso alguém quisesse obter um nível de instrução mais elevado, era necessário se deslocar para fora do Brasil, o que demandava um custo financeiro elevado, tornando a educação cada vez mais excludente, já que a concentração de renda ficava na mão da elite.

Entretanto, a reforma pombalina encontrou algumas lacunas no sistema educacional brasileiro, o que a tornou ineficiente, embora tivesse perdurado por mais de dois séculos, ainda insistia em predominar a característica do elitismo, que era a de educação para alguns.

A chegada de Dom João VI e sua família, juntamente com uma comitiva, no ano de 1808, ficou conhecido como período joanino, em homenagem ao titular João VI, e permaneceu até o ano de 1822. Esse período foi de suma importância para o desenvolvimento do país, pois foram criadas várias instituições de ensino superior,

escolas técnicas, no Rio de Janeiro e também na Bahia. Foram firmados acordos de livre comércio, o que tornou acessível o transporte de livros através dos portos e a imprensa ganhou liberdade para se posicionar.

Para Alencar (1996), a presença da corte no Rio de Janeiro criou em todo o Brasil, entre as classes proprietárias e as camadas urbanas, uma 'ideia de império' ou seja, um esboço de sentimento de nacionalidade. Após ocorridas essas mudanças, aflorou-se um sentimento de nacionalidade, que ganhou força após se ter uma esperança de que o país pudesse se tornar uma nação independente, e não mais uma colônia de Portugal.

De acordo com Boa Ventura (2009), começou-se então, a criar ideias para que o país tivesse seu próprio sistema nacional de educação, e que fosse disseminado em todo território nacional. O intuito então, era unificar o sistema de ensino, e tornar a formação única, mesmo para aqueles que tinham uma família com formação rígida de valores, e aqueles que se sujeitavam as imposições impostas pela igreja.

Após essas reformulações, o Brasil começou a crescer no âmbito educacional, não sendo mais necessário se deslocar até outro país, para se obter uma graduação. Após essa demanda ser intensificada, a oferta dos cursos de nível superior se multiplicou, para que as lideranças políticas da época e os intelectuais pudessem se formar, delineando uma educação voltada para os nobres. A educação portanto, ia se tornando cada vez mais acessível apenas para aqueles que já nasceram em famílias tradicionais, de alto poder aquisitivo, os quais eram direcionados para ocupar cargos de prestígio na sociedade, causando então um conflito, entre aqueles que não nasceram nessas famílias, o que os tornava excluídos. O ensino era oferecido através de aulas isoladas, conhecidas como "aulas régias", sendo divididas em três níveis: primário, secundário e superior.

O fim do período joanino, ocorreu devido a volta de Dom João VI a Portugal, no ano de 1821, mas Dom Pedro I, filho de Dom João VI, ficou no Brasil como príncipe regente.

O período compreendido entre 1822 a 1889, chamado de imperial, foi marcado por vários acontecimentos, dentre eles, a primeira constituição brasileira elaborada, em 25 de março de 1824, que no artigo 179, trazia informações referentes a gratuidade do ensino primário, sem que fosse exigida obrigatoriedade desse ensino por

parte do estado, até porque naquela época, não se tinha escolas suficientes para todos.

Com isso, à grande maioria das crianças em período escolar, encontravam-se fora de sala de aula, porque, apesar de ser direito do cidadão e dever do Estado, eram privilegiados apenas aqueles que tinham uma posição social de status na sociedade, sendo exclusiva para os lusitanos de cor branca, o que ficava evidente que a escola era totalmente voltada para os interesses da massa elitista do país. Já que o estado não conseguia suprir as necessidades básicas de infraestrutura para que se tivesse uma educação igualitária para todos, e os mesmos se mantivessem em sala de aula, optou-se por privilegiar apenas a elite. Outro fato importante de ser retratado, foi o método de ensino implantado, chamado de Lancaster ou Mútuo, que unia um grupo de alunos que tinha facilidade em assimilar o assunto vivenciado em sala de aula, e esses recebiam atenção especial dos professores. Os alunos que se enquadravam nesse perfil, tinham o dever de repassar esse conhecimento para os demais alunos de sua sala de aula, e com isso esperava-se reduzir os gastos do governo com educação.

Para Manacorda (2004), conforme o aluno ia se destacando e atingindo níveis de conhecimento superiores ao dos demais alunos do grupo, esse era realocado em outro grupo que já tinha um nível mais elevado do qual ele participava.

A partir do ano de 1889, começou a ser adotado no país o sistema de república, o qual perdura até hoje, e é caracterizado pela presença de um chefe de estado, eleito através do voto, por meio de eleições, ou indicação de representantes, e com isso, o antigo regime monárquico, que já estava bastante enfraquecido devido à crise econômica, seguida dos conflitos com os militares, e questões religiosas, perdia espaço para o sistema republicano. A república então, foi dividida em três fases:

3.1.1 República Velha (1889-1930)

Ela tinha como presidente Marechal Deodoro da Fonseca, que nomeou Benjamin Constant como ministro, sendo ele responsável por uma reforma curricular, elaborada com forte influência positivista, que tinha como principais idealizadores, John Stuart Mill e Augusto Comte, na qual defendia o conhecimento científico como

sendo único e verdadeiro, ou seja, as teorias criadas deveriam ter respaldos científicos, para que fossem consideradas válidas, do contrário, aquelas teorias eram descartadas.

De acordo com Palma Filho (2005), esta reforma recebeu várias críticas, sendo a maior delas com relação à enciclopédia que ele adotara para implantar na educação, e também por não considerar as condições econômicas nas quais o país se encontrava na época, e não levando em conta o ano em que às pesquisas científicas eram publicadas, o positivismo portanto, teve uma boa aceitação por parte da elite brasileira.

3.1.2 Segunda República (1930-1945)

Durante esse período, foi implantado o modelo capitalista na produção industrial, e devido à escassez de mão de obra especializada, observou-se a necessidade de investimentos na área de educação, para que o investimento em capital humano se tornasse atrativo e a mão de obra se tornasse barata, já que não seria preciso contratar mão de obra especializada fora do país. No ano de 1934, houve uma nova modificação da constituição, onde foi instituído que a educação era um direito de todos, tornando-a um bem público, sendo o Estado obrigado a ofertar, de maneira que atendesse toda a população em idade escolar, e as famílias tinham o dever de matricular seus filhos nas escolas. No ano de 1937, foi aprovada uma nova constituição, seguindo a ótica do capitalismo, o ensino era voltado à vocação que cada um possuía em determinada área, para que fosse formado um profissional motivado, sendo assim, as pessoas se aperfeiçoavam, para depois vender sua força de trabalho, em troca de salário, para que a longo prazo as taxas de evasão escolar tendessem a cair. O ensino passou a ser dividido em 3 partes: primário; ginásio; e colegial, tendo como duração 5, 4 e 3 anos, respectivamente, caso o aluno não repetisse nenhuma série. Foi também criada a lei 4.024, a Lei das Diretrizes Básicas da Educação, em 20 de dezembro de 1961. De acordo com Coelho (1990), houve uma mobilização para que fosse alfabetizado o maior número de pessoas, tendo como incentivador o pernambucano Paulo Freire, e tinha como objetivo alfabetizar em 40 horas,

o maior número de adultos, usando o processo de aprendizado através da junção de sílabas, formando palavras utilizadas no cotidiano de cada um.

3.1.3 Terceira República (1985 até os dias atuais)

Teve como característica a estabilização econômica, que antes não era possível, devido à crise internacional do petróleo, desencadeada em 1973, sendo reestabelecida após o golpe militar (1964-1985), após o movimento chamado “diretas já”, onde se pedia novas eleições para presidente. Após as eleições, no ano de 2010, Fernando Collor de Melo é eleito presidente do Brasil. Ele elaborou um plano econômico a fim de estancar a inflação, mas não obteve sucesso. Após 2 anos no poder, foi denunciado inúmeras vezes por corrupção e renunciou em dezembro de 1992. A partir daí, seu vice Itamar Franco, viera a assumir a presidência até o fim do mandato do então presidente afastado Fernando Collor.

Ainda tentando resolver o problema da inflação que assolava o país, Itamar Franco nomeia o senador Fernando Henrique Cardoso, no qual elaborou o **Plano Real**, obtendo êxito, uma vez que a economia dava sinais de retomada, após décadas de inflação. Esse plano segue até os dias atuais.

Devido ao sucesso obtido na criação do plano real, Fernando Henrique Cardoso ganha prestígio e com isso a popularidade suficiente para se tornar presidente do Brasil no ano seguinte. Ficou no poder durante 2 mandatos.

Após esse período, no ano de 2003, Luíz Inácio Lula da Silva se tornara presidente do país. Apesar de fazer parte de um partido oposto ao antigo presidente, decidiu por manter o plano real. Governou de 2003 até 2011, no qual trouxe inúmeros benefícios ao país, dentre eles a expansão e interiorização das universidades públicas, o que contribuiu para o acesso dos mais pobres ao nível superior.

Libâneo (2008) destaca a importância de se introduzir no Brasil um sistema nacional de educação sólido e eficaz, pois apesar das investidas que ocorreram ao longo dos anos, chegou-se ao século XXI sem este sistema.

Após a aprovação à **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** de 1996 (**LDB-9.394/96**), a educação básica foi dividida em 3 etapas de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (I e II), e Ensino médio, juntamente com as modali-

dades: Educação Escolar Indígena; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação do Campo; e Educação Profissional. Foi determinado o prazo de 1 ano para que o Governo Federal, juntamente com os estados, municípios e a população em geral, elaborassem um **Plano Nacional de Educação (PNE)**, que seria válido por 10 anos. Após a elaboração do plano, que ocorreu no mesmo ano de aprovação da LDB, aprovação só ocorreu no ano de 2001, após ser sancionada a lei 10172, e que contou com vários vetos, inclusive o que destinava 10% do Produto Interno Bruto seria investido em educação.

Um novo PNE foi elaborado no ano de 2010 e enviado ao governo, para que fosse encaminhado para o congresso, para aprovação. Este novo PNE, contempla os anos de 2011 até 2020. Desta vez, foi elaborado utilizando dados estatísticos, estimativas de crescimento da economia, o que tornou o documento mais próximo da realidade econômica na qual o país se encontra. A flexibilidade destas mudanças também permitiu que o plano fosse discutido em todo o sistema de ensino, levando em consideração a realidade na qual cada escola se encontra. Com a aprovação deste novo PNE, foram estabelecidos alguns objetivos para a educação básica brasileira, são eles: o aumento do nível de escolaridade da população, progresso na qualidade de ensino (infantil, fundamental e médio), diminuição das desigualdades sociais e diminuição da evasão escolar, uma vez que a escola pública tornava-se acessível para todos (Brasil, 2001). A Educação Básica tornou-se então, obrigatória dos 6 aos 17 anos, (antes a idade era de 7 aos 14 anos) e seu objetivo é fazer com o que o estudante adquira condição plena para o exercício da cidadania e fazer parte da formação cultural e social de cada ser humano. Para Ribeiro (2010) ao assumir-se como ser social, cada indivíduo tem o poder de transformar e reproduzir valores, práticas e conhecimentos na sociedade. Por este motivo, a partir da infância, essas atribuições conseguem alcançar significados profundos, então, começar desde cedo a estimulação nessa fase da vida, contribui para formação do ser humano no futuro, enaltecendo seu potencial a longo prazo.

A seguir, será exposto como é dividido o sistema educacional brasileiro.

Figura 3.1 Sistema Educacional Brasileiro.

Idade	Sistema Educacional Brasileiro	
17	Ensino Médio	Escola Técnica
16		
15		
14	Ensino Fundamental II	
13		
12		
11		
10	Ensino Fundamental I	
9		
8		
7		
6	Pré-Escola	
5		
4	Creche	
3		
2		
1		
0		

Fonte: Brasil 1996.

3.2 A educação no Brasil e no mundo

Andrade (2010) destaca a importância da educação como sendo investimento, que beneficiava não só quem a detinha, mas também toda a nação, já que promovia a ascensão social e era capaz de transformar a realidade.

Segundo o relatório intitulado: *Education at a Glance 2015 (OECD, 2015)*, elaborado pela OCDE, o Brasil ficou entre os países que mais investiram em educação, no ano de 2012. Apesar de não fazer parte do grupo de 34 países membros da OCDE, o Brasil é parceiro e vem ganhando destaque expressivo entre os demais.

Tabela 3.1 Investimento público total em educação como percentual do PIB para o Brasil e países da OCDE no ano de 2012.

Investimento público total em educação – 2012		
Países	%	Colocação
Alemanha	9,8	22 ^a
Austrália	13,4	10 ^a
Áustria	9,6	24 ^a
Bélgica	11	18 ^a
Brasil	17,2	3^a
Canadá	11,9	12 ^a
Chile	16,3	4 ^a
Coreia do Sul	14,5	6 ^a
Eslováquia	8,9	25 ^a
Eslovênia	9,9	21 ^a
Espanha	8	30 ^a
Estados Unidos	11,6	15 ^a
Estônia	11,1	16 ^a
Finlândia	11,1	17 ^a
França	8,7	28 ^a
Holanda	10,82	19 ^a
Hungria	7,4	31 ^a
Irlanda	14,1	7 ^a
Islândia	13,9	9 ^a
Israel	12,8	11 ^a
Itália	7,4	32 ^a
Japão	8,8	26 ^a
Luxemburgo	8,5	29 ^a
México	18,4	1 ^a
Noruega	14	8 ^a
Nova Zelândia	18,4	2 ^a
Polônia	10,3	20 ^a
Portugal	9,8	23 ^a
Reino Unido	11,8	13 ^a
República Tcheca	8,8	27 ^a
Suécia	11,7	14 ^a
Suíça	15,2	5 ^a

Fonte: Adaptado OECD (2012)

A Tabela 3.1 mostra o Brasil com 17,2%, destacado em negrito, na 3^a posição do ranking dos países da OCDE, com dados disponíveis, ficando atrás apenas do México e da Nova Zelândia, ambos com 18,4%.

Apesar de estar entre os países que mais investem em educação, no quesito gasto por aluno, o Brasil ficou bem abaixo da média, com o valor gasto de 3.095 dólares nos anos iniciais, enquanto que os países da OCDE gastaram 8.247 dólares, no ano de 2012, segundo a mesma publicação do *OCDE, 2015*.

Tabela 3.2 Investimento público direto em educação por estudante, no Brasil, em reais, dada a inflação do ano base de 2014 (2000-2014).

Educação Básica				
Ano	Educ. Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio
		I	II	
2000	2.455	1.866	1.954	1.878
2001	2.191	1.846	2.129	2.112
2002	2.051	2.174	2.051	1.423
2003	2.338	2.088	1.977	1.578
2004	2.353	2.385	2.205	1.441
2005	2.188	2.556	2.378	1.528
2006	2.391	2.863	3.125	2.123
2007	2.899	3.365	3.552	2.576
2008	3.097	3.877	4.134	2.980
2009	3.101	4.374	4.567	3.142
2010	3.808	5.000	5.010	3.958
2011	4.507	5.175	5.189	4.906
2012	5.313	5.572	5.353	5.582
2013	5.783	5.873	5.809	5.902
2014	5.878	5.911	5.927	6.021

Fonte: Elaboração própria com base no PISA-Educacenso (2014).

Comparando os dados de 2000 com os de 2014, o Brasil teve um aumento significativo quando somado todas as etapas da Educação Básica, sendo o Ensino Fundamental, o que mais obteve investimento, pois demanda mais anos do aluno em sala de aula, em comparação as outras modalidades de ensino. Em todas as modalidades de ensino os aumentos dos investimentos foram mais de 100%.

Com relação ao PIB, o Brasil obteve uma parcela maior investida em educação, em todas as modalidades de ensino, em comparação aos países da OCDE.

No ano de 2012, foram investidos 5,6% do PIB em Educação, e a média dos países da OCDE foi de 5,2% no mesmo ano, segundo a publicação do OCDE. 2015.

Tabela 3.3 Investimento público total em educação como do PIB do Brasil de 2000 – 2014. Ano base 2014.

Ano	Educação Básica				Total
	Educ. Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
		I	II		
2000	0,4	1,5	1,2	0,6	3,7
2001	0,4	1,4	1,3	0,7	3,8
2002	0,3	1,6	1,3	0,5	3,8
2003	0,4	1,5	1,2	0,6	3,7
2004	0,4	1,5	1,2	0,5	3,6
2005	0,4	1,5	1,2	0,5	3,6
2006	0,4	1,6	1,5	0,6	4,1
2007	0,4	1,6	1,5	0,7	4,2
2008	0,4	1,7	1,6	0,7	4,4
2009	0,4	1,8	1,7	0,8	4,7
2010	0,4	1,8	1,7	0,8	4,7
2011	0,5	1,7	1,6	1	4,8
2012	0,6	1,7	1,5	1,1	4,9
2013	0,6	1,6	1,5	1,1	4,9
2014	0,7	1,6	1,5	1,1	4,9

Fonte: Elaboração própria com base no Ideb – Inep (2000-2014).

A Tabela 3.3 mostra a evolução do investimento em educação com relação ao PIB, na Educação Básica. Sendo o Ensino Fundamental com o maior percentual, devido ao maior número de alunos nessa modalidade de ensino.

Além dos investimentos maciços em educação, o Brasil vem tentando diminuir a taxa de evasão escolar. Segundo o **Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD)**, com dados divulgados do ano de 2012 através da plataforma educacional Qedu, o país tem uma das maiores taxas, com relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental, se comparado aos países membros do OCDE, no ano de 2012, segundo relatório divulgado pela OCDE no ano de 2015.

Tabela 3.4 Taxa de evasão escolar do Brasil no Ensino Fundamental I (2014-2015).

Série	Ensino Fundamental I			
	2014		2015	
	RE	RM	RE	RM
1º	1,9	2,1	1,7	1,5
2º	1,3	1,4	1,1	1,3
3º	2,4	2,2	1,7	1,6
4º	1	1,8	0,8	1,4
5º	1,4	2,5	0,8	2,1

Fonte: Elaboração própria com base no Ideb – Inep (2015).

Legenda: Rede Estadual: (RE); Rede Municipal: (RM).

Comparando os dados de 2015 com relação a 2014, observa-se uma diminuição da taxa em todas as séries do Ensino Fundamental I. O maior percentual observado é na rede municipal.

Com relação ao *Programme for International Student Assessment (PISA)*, atualmente participam além dos 34 países membros do OCDE, vários países convidados, dentre eles o Brasil. É aplicada uma avaliação online, de conhecimentos em leitura, matemática e ciências, aos alunos de 15 anos, além de um questionário aplicado ao aluno, professor e escola. A prova é realizada a cada três anos, no mês de maio, segundo o portal do INEP.

Tabela 3.5 Resultados do PISA no Brasil a partir do ano 2000.

	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Quantidade de participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	19.204	23.141
Leitura	396	403	393	412	407	407
Matemática		356	370	386	389	377
Ciências			390	405	402	401

Fonte: Elaboração própria com base no Pisa – Educacenso (2015).

O Brasil começou a participar do PISA a partir do ano 2000, sendo nesse ano apenas os conhecimentos de leitura, no ano seguinte, matemática e a partir de 2006, ciências. No ano de 2015, com relação a 2012, o Brasil teve um declínio na disciplina de matemática, e na disciplina leitura, ficou estagnado. Em ciências, apresentou oscilações.

A Tabela 3.6 mostra que o Brasil tem o pior desempenho, em todas as três disciplinas avaliadas, em comparação aos outros países da OCDE, ficando em último lugar do ranking, sendo o pior desempenho na disciplina de matemática.

Tabela 3.6 Desempenho no PISA dos países membros da OCDE e do Brasil no ano de 2015.

Países	Ciências	Leitura	Matemática
Alemanha	509	509	506
Austrália	510	503	494
Áustria	495	485	497
Bélgica	502	499	507
Brasil	401	407	377
Canadá	528	527	516
Chile	447	459	423
Coreia do Sul	516	517	524
Dinamarca	502	500	511
Eslováquia	461	453	475
Eslovênia	513	505	510
Espanha	493	496	486
Estados Unidos	496	497	470
Estônia	534	519	520
Finlândia	531	526	511
França	495	499	493
Grécia	455	467	454
Holanda	509	503	512
Hungria	477	470	477
Irlanda	503	521	504
Islândia	473	482	488
Israel	467	479	470
Itália	481	485	490
Japão	538	516	532
Luxemburgo	483	481	486
México	416	423	408
Noruega	498	513	502
Nova Zelândia	513	509	495
Polônia	501	506	504
Portugal	501	498	492
Reino Unido	508	498	492
República Tcheca	493	487	492
Suécia	493	500	494
Suíça	506	492	521
Turquia	425	428	420

Fonte: Elaboração própria com base no Pisa – Educacenso e OCDE (2015).

3.3 IDEB

Soares e Xavier (2013) destacam a importância do IDEB e sua grande aceitação. Uma de suas vantagens é a obtenção através de um único indicador de uma medida de desempenho e rendimento, que são fatores bastante relevantes em um sistema educacional.

No Brasil IDEB é o principal indicador utilizado para medir a qualidade da educação básica. Ele foi criado no ano de 2007, pelo **Ministério da Educação** (MEC) e é publicado a cada 2 anos pelo INEP. Através do Decreto número 6.094 de 24 de abril de 2007, ficou acordado que a eficiência da qualidade da Educação Básica, seria mensurada com base no IDEB através de exames padronizados aplicados pelo INEP, em todas as esferas educacionais: municipal, estadual, federal e privada. As duas variáveis que compõem o índice são: a média na **Prova Brasil** (avaliação censitária, feita por alunos do 5º e 9º anos da rede pública que oferece resultados por cada escola participante) e **Saeb** (avaliação por amostra, por meio de sorteio, feita com alunos do 5º e 9º anos e também do 3º ano do Ensino Médio, na rede pública e privada), ambas medidas através do conhecimento obtido nas disciplinas de português e matemática mais os dados sobre taxa de evasão e repetência, obtidos através do Censo Escolar.

Então, tem-se que: $IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}$

Sendo:

- i = Ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;
- N_{ji} = Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa do ensino.
- P_{ji} = Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j (Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), obtida através do censo escolar.

Com relação as metas, que são estipuladas pelo **Plano de Desenvolvimento da Educação** (PDE), e são traçadas individualmente para cada unidade de ensino, são necessárias 4 variáveis, são elas: valor do IDEB inicial; valor da meta para o IDEB; tempo para atingir a meta; e esforço empregado, sendo o esforço calculado através da equação:

$$y_i = \frac{\ln\left(\frac{ideb_t}{10-ideb_t}\right) - \ln\left(\frac{ideb_{i0}}{10-ideb_{i0}}\right)}{T}$$

Sendo:

- i : {Brasil; UFs; Municípios}
- $ideb_t$: meta para o IDEB no ano correspondente a T .
- $ideb_{i0}$: IDEB observado em $t = 0$ para cada fase de ensino.

$$T = \begin{cases} 16 & \text{para metas dos anos iniciais do Ensino Fundamental} \\ 20 & \text{para metas dos anos finais do Ensino Fundamental} \\ 23 & \text{para metas do ensino médio} \end{cases}$$

A criação do IDEB permitiu a divulgação dos resultados separados por cada estado, entre escolas e municípios, o que antes não era possível, pois as avaliações eram feitas apenas pelo Saeb, e dificultava as comparações feitas nos estados do país. Com a apresentação dos resultados separadamente, foi possível identificar a média de cada escola, e com isso identificar aquelas que não atingem resultados satisfatórios, e fazer com o que as mesmas corrijam as possíveis falhas desse mau desempenho, para a partir daí fazer uma verificação do porquê a escola não conseguiu um bom resultado, e estipular metas para melhoramento como um todo.

Para Fernandes (2005), o objetivo do IDEB é mostrar o parecer de cada escola, após os resultados divulgados pelo INEP, e a partir daí estipular uma meta para cada escola, sendo o ponto de partida inicial, o ano de 2005.

No IDEB 2015, os estados de Pernambuco e São Paulo aparecem em 1º lugar, no ranking nacional do 3º ano do Ensino Médio na rede pública, ambos com nota 3,9. Nesta modalidade de ensino, Pernambuco atingiu a meta todos os anos. No ano de 2013, Pernambuco aparece em 4º lugar no ranking.

O PDE, fez uma projeção para que o IDEB alcance a meta de 6,0 até o ano de 2021, e a variável y_i é a responsável para que essa meta seja alcançada. O objetivo do PDE é unir avaliação, gestão e financiamento, e para isso admite o conceito de responsabilização, onde se espera que haja mobilização de todas as partes, para que se tenha uma educação de qualidade.

Segundo Fernandes (2009) para realçar a importância da responsabilidade da educação em geral, após divulgados os resultados, aquelas escolas que obtiveram um resultado satisfatório, deveriam ser premiadas e as que não conseguiram, poderiam ser punidas, para que seja estimulada a competitividade, e com isso cada vez mais as escolas busquem uma melhor qualidade na educação.

Para Fernandes e Gremaud (2009), a grande dificuldade que se observa, é quando os indicadores seguem em direções opostas, por exemplo: Se ao invés de priorizar a melhora no aprendizado do aluno, mantendo o nível de exigência elevado para aprovação, este nível foi diminuído, haverá um significativo aumento na taxa de aprovação dos alunos, em contrapartida, a capacidade dos alunos vai diminuir, dado que o nível de exigência para a obtenção da nota mínima para a aprovação foi diminuído.

A educação não se restringe apenas a aluno e educador, ela conta com um conjunto de fatores que auxiliam no processo de aprendizagem, como: família, comunidade escolar e estado. O processo de aprendizagem em todas as fases da educação escolar permite que sejam feitas avaliações tanto entre os alunos, quanto para os educadores.

Apesar das melhorias observadas após a criação do IDEB, como: diagnosticar cada escola, qualidade do ensino nas disciplinas de português e matemática, identificar a taxa de evasão escolar em cada rede de ensino, o índice também recebe muitas críticas, dentre elas:

- Após a divulgação dos resultados, os professores das escolas que não conseguiram obter um desempenho satisfatório, se sentem desvalorizados e constrangidos.
- A classificação “melhor, pior”, sem levar em conta alguns fatores que podem refletir ou não de forma negativa na nota da escola, por exemplo: uma escola localizada na zona urbana, com muitos alunos, recebe bem mais investimentos do que uma escola localizada na zona rural e com poucos alunos, não que a quantidade de investimento seja fator determinante para a qualidade do ensino, mas uma escola que recebe mais investimentos, supõe-se que ela use-o para aumentar o nível de conhecimento dos alunos.
- Por o índice só utilizar os conhecimentos em português e matemática, algumas escolas visando obter um bom desempenho, acabam aumentando a carga horária nessas disciplinas, e diminuindo a carga horária e/ou extinguindo outras, como educação física, o que, no longo prazo, pode vir a desencadear outros problemas.

Existem vários trabalhos que utilizam os dados do IDEB, utilizando comparações da qualidade da educação entre os estados do Brasil.

De acordo com Silva e Silva (2014) o IDEB é um indicador limitado, já que não analisa a real situação do aluno em cada unidade de ensino e indaga se os resultados apresentados refletem o real conhecimento adquirido em sala de aula.

Segundo Frânio e Aléssio (2015) a quantidade de investimento em educação não é diretamente proporcional ao nível de eficiência da gestão pública dos municípios paraibanos, portanto, refletindo inversamente ao cumprimento das metas do IDEB 2011.

Já para Domiciano e Almeida (2015) a possibilidade de haver um indicador no qual se mostre a realidade da qualidade da educação, é de grande importância para desenvolver políticas públicas.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA PESQUISA

Este trabalho teve como enfoque os anos iniciais do Ensino Fundamental, com a intenção de delimitar a pesquisa, já que a Educação Básica é formada por 3 etapas, já citadas no capítulo anterior e além disso, por considerar a importância de se ter uma base sólida de conhecimento nos primeiros anos de ensino, com o propósito de diminuir a desigualdade educacional para ingressar em uma universidade de boa qualidade.

Conforme mencionado anteriormente, o IDEB começou a ser calculado no ano de 2007, e tem o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Estas metas fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, que estipulou uma meta de 6,0, a ser alcançada pelo Brasil até o ano de 2021. Esta definição teve como referência a excelência do ensino nos países da OCDE. Para cada estado é estipulada uma meta, e espera-se que o Brasil consiga atingir a meta estipulada no período delimitado.

Tabela 4.1 IDEB fundamental I – Rede Municipal – Estados Brasileiros.

IDEB FUNDAMENTAL I							
ESTADOS	2005	2007	2009	2011	2013	2015	Colocação 2015
Acre	3,3	3,7	4,2	4,5	5	5,3	11º
Alagoas	2,4	3,1	3,4	3,5	3,7	4,3	24º
Amapá	3	3,3	3,8	4	3,9	4,3	25º
Amazonas	2,9	3,4	3,8	4,2	4,5	5	16º
Bahia	2,5	3,2	3,5	3,9	3,9	4,4	21º
Ceará	2,8	3,5	4,1	4,7	5	5,7	5º
Distrito Federal	4,4	4,8	5,4	5,4	5,6	5,6	6º
Espírito Santo	3,9	4,3	4,8	5	5,2	5,5	8º
Goiás	3,8	4,1	4,7	5,1	5,5	5,6	7º
Maranhão	2,7	3,5	3,7	3,9	3,8	4,4	22º
Mato Grosso	3,5	4,3	4,8	4,9	5,2	5,5	9º
Mato G. Sul	3,4	4,1	4,5	5	5	5,3	12º
Minas Gerais	4,6	4,6	5,5	5,8	5,9	6,1	2º
Pará	2,7	3	3,6	4	3,8	4,3	26º
Paraíba	2,7	3,3	3,6	4	4,2	4,5	20º
Paraná	4,4	4,8	5,3	5,4	5,8	6,1	3º
Pernambuco	2,8	3,3	3,7	3,9	4,1	4,6	18º
Piauí	2,6	3,3	3,8	4,1	4,1	4,6	19º
Rio de Janeiro	4	4,1	4,4	4,8	4,9	5,2	14º
Rio Grande do Norte	2,5	3,2	3,5	3,8	4	4,4	23º
Rio Grande do Sul	4,1	4,5	4,7	5,1	5,4	5,5	10º
Rondônia	3,5	3,9	4,3	4,6	5,1	5,3	13º
Roraima	3,6	4,1	4,2	4,5	4,8	5,1	15º
Santa Catarina	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1	4º
São Paulo	4,5	4,8	5,3	5,4	5,8	6,2	1º
Sergipe	2,8	3,2	3,4	3,6	3,8	4,1	27º
Tocantins	3,4	4	4,4	4,8	5	5	17º

Fonte: Elaboração própria com base em IDEB – INEP (2015).

A Tabela 4.1 mostra as médias obtidas por cada estado do Brasil, em todas as edições do IDEB, nos 26 estados mais o Distrito Federal, e a posição em que se encontram no ano de 2015. O estado de São Paulo, localizado no Sudeste, ficou em primeiro lugar. Em último lugar, ficou o estado de Sergipe, localizado no Nordeste.

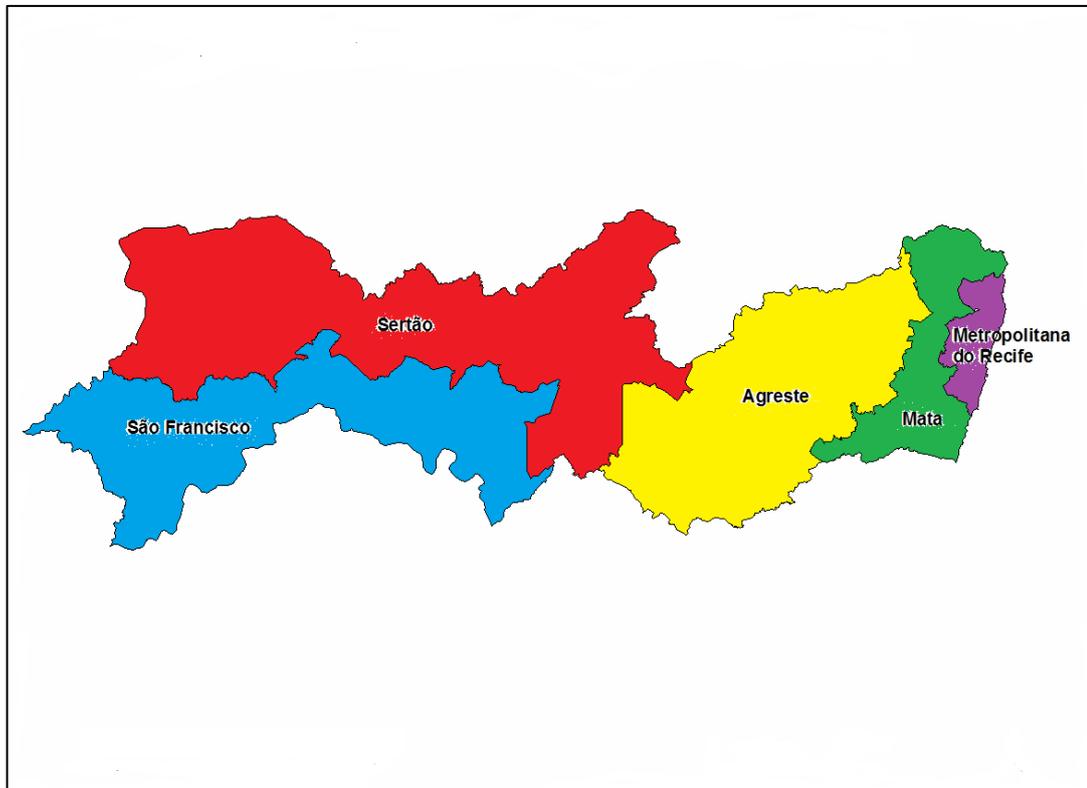
Pernambuco ficou em décimo oitavo. Vale salientar, que em quase todos os anos sempre os doze piores estados são do Norte e Nordeste, e as cinco primeiras

posições sempre foram ocupadas pelo Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com exceção do último ano, onde o Ceará atingiu o 5º lugar no ano de 2015.

Os estados de Pernambuco, Sergipe e Ceará, tiveram como ponto de partida inicial a 18ª colocação, onde no ano de 2015 Pernambuco manteve a colocação inicial, Sergipe ficou em 27ª e apenas o Ceará conseguiu atingir um resultado satisfatório.

O estado de Pernambuco é composto por 185 municípios, que são divididos em cinco mesorregiões, são elas: São Francisco, Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana. A mesorregião do São Francisco abrange 15 municípios, o Sertão com 41 municípios, o Agreste com 71 municípios, a Zona da Mata com 43 municípios e a Região Metropolitana 15 municípios. Desde 2007, quando o IDEB começou a ser calculado, o estado de Pernambuco conseguiu ultrapassar a meta estipulada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, segundo relatório divulgado do IDEB a cada dois anos.

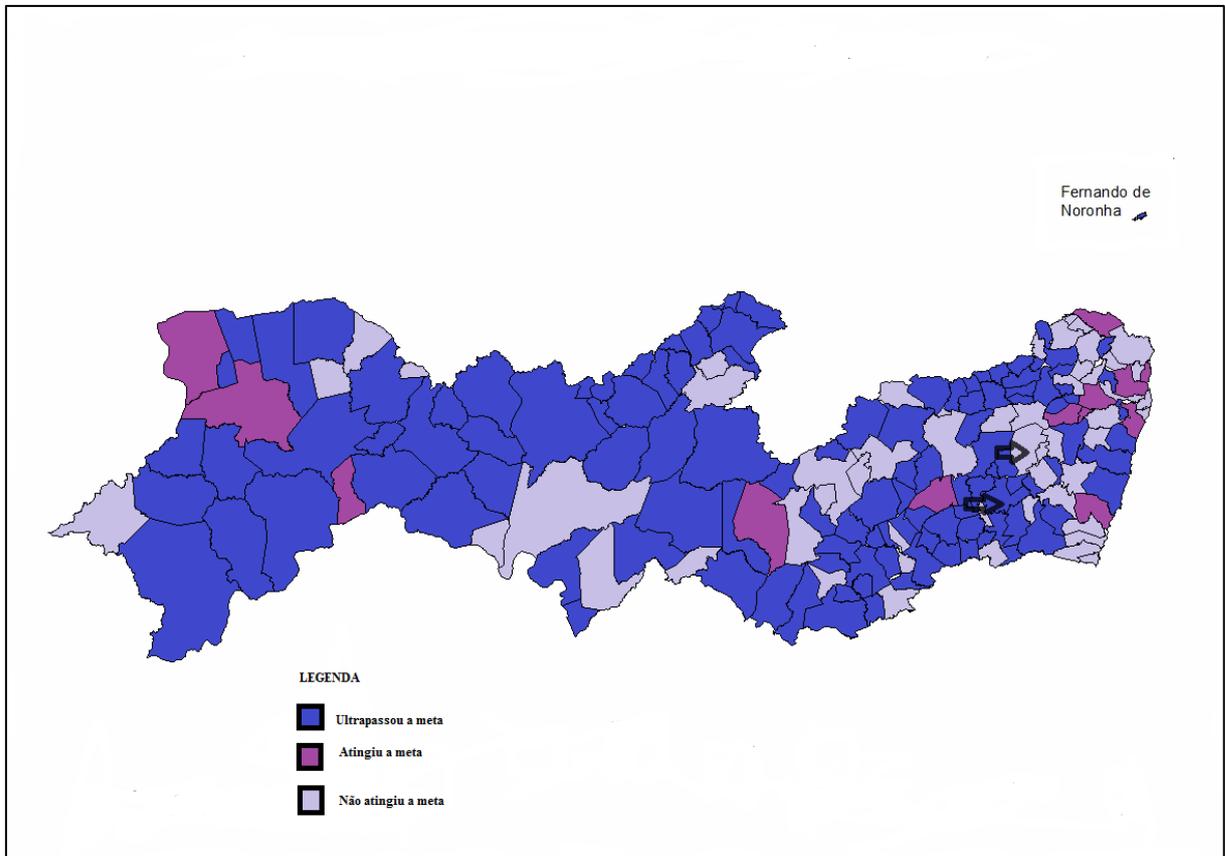
Figura 4.1 Mapa das mesorregiões de Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.1 mostra o estado de Pernambuco dividido por suas cinco mesorregiões.

Figura 4.2 Mapa de Pernambuco das metas do IDEB 2015.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.2 mostra que as mesorregiões Sertão e São Francisco, que se localizam ao lado esquerdo do mapa, obtiveram um melhor desempenho, pois atingiram e/ou ultrapassaram a meta estipulada pelo governo, exceto dez municípios: Afrânio, Itacuruba, Floresta, Tacaratu, Moreilândia, Granito, Cedro, Igaraci, Ingazeira e Manari. As mesorregiões Agreste e Zona da Mata, de um total de 114 municípios, 38 não atingiram a meta. A região Metropolitana, a menor em número de cidades e extensão territorial, porém aquela com um maior número de alunos, composta por quinze municípios, teve um total de 8 municípios que não conseguiram atingir a meta. Os municípios identificados com uma seta indicam as cidades de Gravatá e Bonito, cidades as quais pertencem às escolas estudadas. Como podemos observar, Gravatá (seta superior) não atingiu a meta, enquanto que Bonito (seta inferior) ultrapassou a meta.

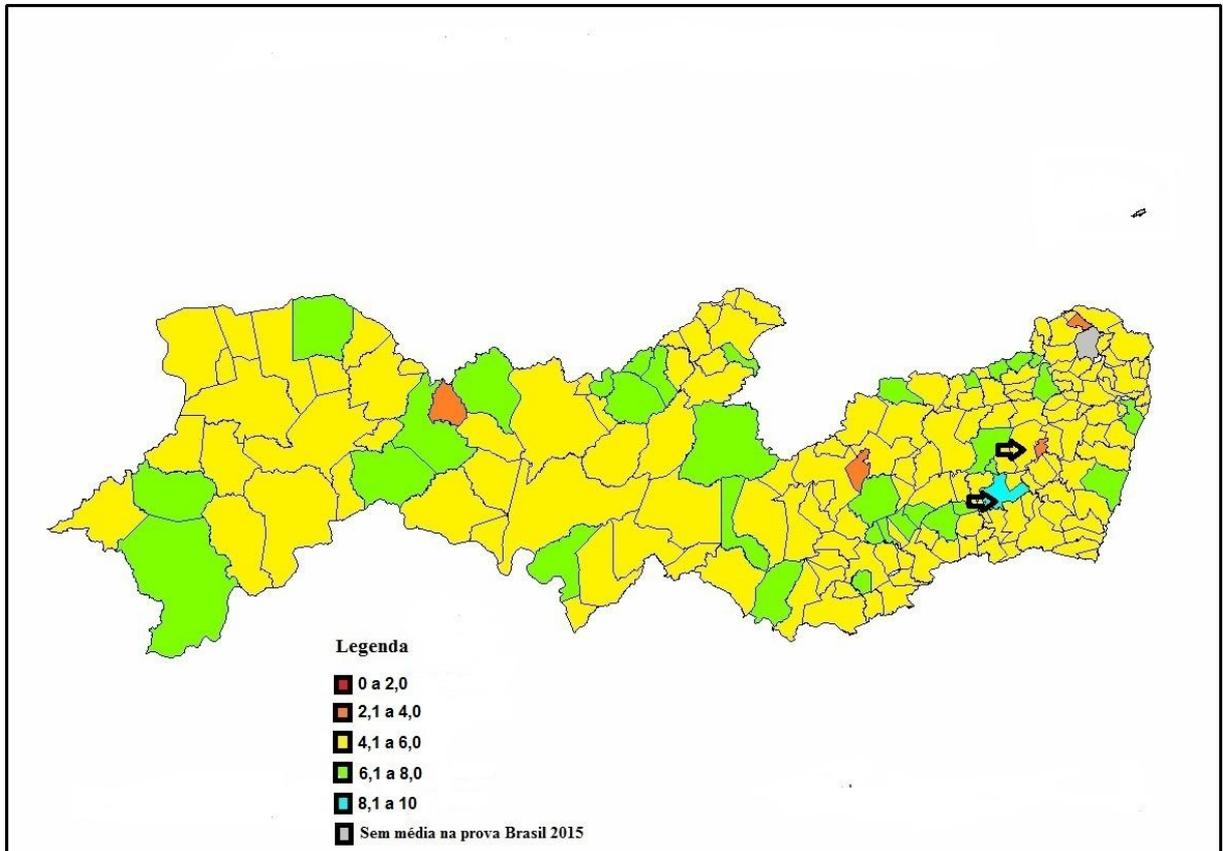
Tabela 4.2 Porcentagem de municípios que atingiram e/ou ultrapassaram a meta do IDEB no ano de 2015.

Mesorregiões	Total de Municípios	Atingiram a Meta
Agreste	71	78.9%
Metropolitana	15	60%
São Francisco	15	73.4%
Sertão	41	85.4%
Zona da Mata	43	51.1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ideb - Inep (2015).

A Tabela 4.2 mostra o percentual de municípios do estado de Pernambuco que atingiu ou superou a meta. A mesorregião do Sertão é a que tem um percentual mais elevado, e a Zona da Mata é a que tem o percentual mais baixo. A mesorregião do Agreste, que é onde estão localizadas as escolas de Gravatá e Bonito, que foram estudadas nesse trabalho, atingiu um percentual de 78,90%, sendo a segunda mesorregião com maior percentual. No geral, o estado de Pernambuco teve um desempenho satisfatório, pois todas as mesorregiões atingiram mais de 50% da meta, o que fez com que Pernambuco tivesse um IDEB de 4.6, no ano de 2015, ultrapassando a meta estipulada no valor de 4.2.

Figura 4.3 Maiores notas do IDEB 2015 das escolas dos municípios de Pernambuco.

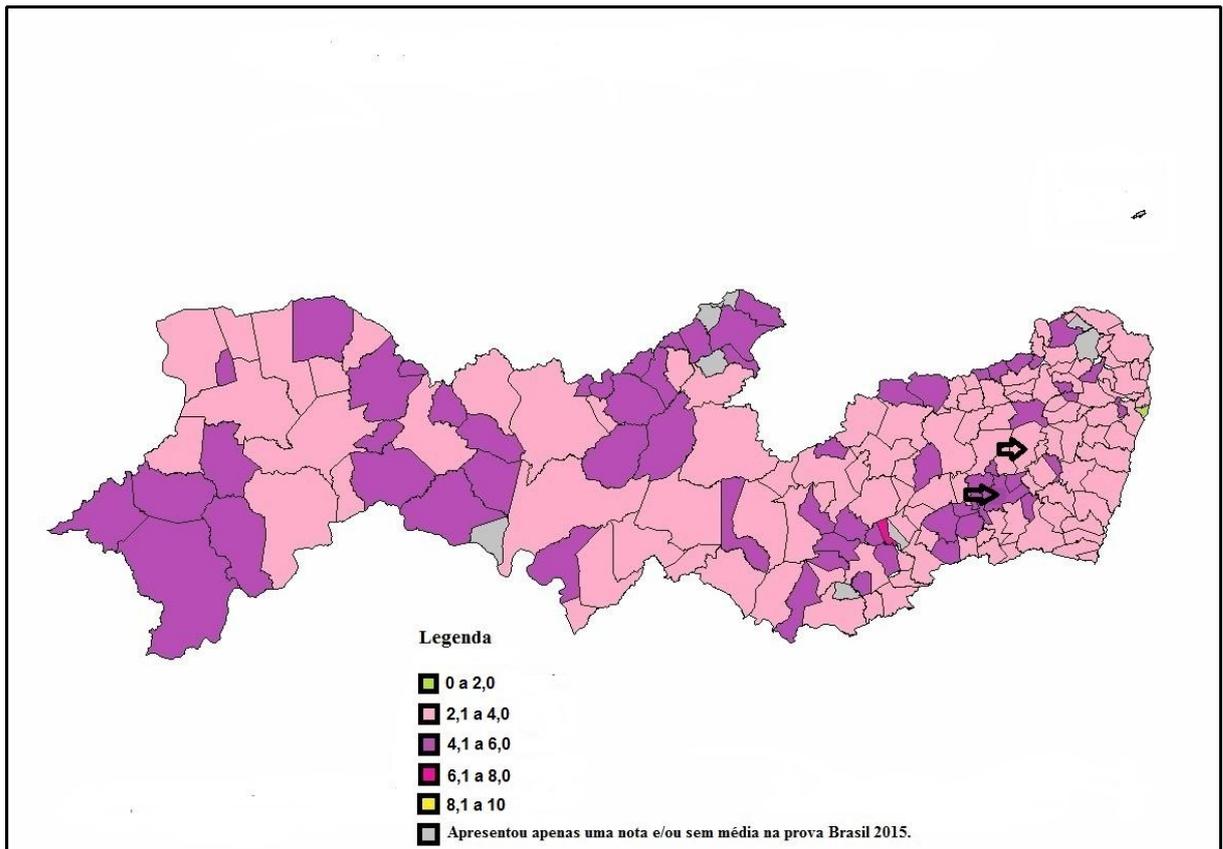


Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.3 ilustra o melhor resultado de cada cidade no IDEB, ou seja, o intervalo no qual se encontra a nota da escola que obteve o resultado mais alto no município. Os municípios da região Sertão e do São Francisco, de uma maneira geral, obtiveram um desempenho satisfatório, sendo a maioria enquadrados nos intervalos de 4.1 a 6.0, e 6.1 a 8.0. Apenas o município de Verdejante, na mesorregião Sertão, teve um desempenho no intervalo de 2.1 a 4.0. A mesorregião Agreste e Zona da mata tiveram em sua maioria os municípios enquadrados nos intervalos 4,1 a 6,0, e três municípios com desempenho ruim. A mesorregião Metropolitana obteve apenas dois municípios com desempenho entre 6,1 a 8,0, de um total de quinze. A cidade de Gravatá obteve um desempenho entre 4,1 a 6,0. A cidade de Bonito obteve a maior nota da mesorregião do Agreste e também a maior do estado de Per-

nambuco, no intervalo entre 8,1 a 10. As duas cidades estão identificadas por uma seta.

Figura 4.4 Menores notas do IDEB 2015 das escolas dos municípios de Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.4 mostra em uma escala de 0 a 10, a relação das menores notas obtidas nas escolas dos municípios de Pernambuco. De uma maneira geral, as regiões do Sertão e São Francisco, obtiveram um bom desempenho, pois em um total de 56 municípios, as duas regiões juntas somaram 28 municípios que se enquadram no intervalo de 4,1 a 6,0. As mesorregiões do Agreste, Zona da Mata e Metropolitana, tiveram a maioria dos municípios enquadrados no intervalo 2,1 a 4,0, e a maioria dos municípios não conseguiu atingir a meta estipulada, sendo a mesorregião Me-

tropolitana a situação mais crítica, onde apenas um dos quinze municípios, se enquadrou na escala de 4,1 a 6,0, que foi a cidade de Camaragibe, e o município de Olinda, teve o pior desempenho de todo estado. A cidade de Gravatá, se enquadrou no intervalo de 2,1 a 4,0, e a cidade de Bonito, 4,1 a 6,0. Ambas as cidades estão identificadas por uma seta. A cidade Jupi, localizada na mesorregião Agreste, foi a única que ficou na escala 6,1 a 8,0. Portanto, olhando resultado mais baixo de cada cidade, Jupi foi a que apresentou resultados mais satisfatórios.

5 PESQUISA DE CAMPO

Antes de apresentar como foi desenvolvida a pesquisa de campo, achou-se necessário fazer uma breve explanação das cidades visitadas, com o objetivo de entender melhor o contexto no qual cada escola se encontra.

5.1 Cidades Visitadas

As informações a seguir, foram coletadas com base no IBGE 2016.

5.1.1 Bonito

É um município do estado de Pernambuco, constituído por 3 distritos: Estreito do Norte, Alto Bonito e Bem-te-vi, fundada em 1839 e localizada na mesorregião do Agreste, com uma área total de 401, 82 km² e uma população de 37.666 habitantes (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Situado em meio aos brejos, onde há condições necessárias para desenvolvimento da flora, reúne tanto características da mata atlântica, quanto da caatinga. É cortado por rios e riachos onde há sempre água fluindo em seus leitos, separados por montanhas, e até o final do século XVIII, era encoberto por uma ampla área florestal, nesta área se localizava do famoso Quilombo dos Palmares. Suas características favoreciam a caça e pesca. Os habitantes do povoado de São José dos Bezerras, que se localizavam as margens do Rio Ipojuca, se dirigiam para lá, em busca das florestas densas, onde existiam inúmeros animais silvestres destinados à caça, que era permitida na época.

Devido às condições climáticas favoráveis e as terras férteis, as pessoas foram erguendo residências, e com isso a população foi surgindo. Em 1812, foi construída a primeira matriz da cidade, denominada de Nossa Senhora da Conceição, sendo essa padroeira da cidade.

Bonito foi cenário de diversas revoltas que incidiram na morte de vários habitantes da região. Uma das revoltas ocorreu em 19 de dezembro de 1874, onde foi denominada de Revolta do Quebra-Quilos, que aconteceu devido a alteração do então sistema de pesos e medidas, para unidades de centímetro, quilo e metro, após a Lei Imperial número 1157, criada no ano de 1862. No ano de 1819 também ocorrera

uma revolta, onde foram mortos vários habitantes da Serra do Rodeador, motivados por divergências religiosas na época.

De acordo com os dados do censo educacional 2014 e 2015 divulgados pelo INEP, a cidade tem um total de 19 escolas da rede municipal, que ofertam o ensino fundamental I, o número de matrículas nessa etapa de ensino foi de 2.817, e o percentual de evasão escolar na série final do Ensino Fundamental I, foi de 2,10%. O percentual de distorção idade/série foi de 32,5%. Vale salientar, que esses dados foram coletados no ano do último IDEB calculado (2015) no qual uma escola da zona rural do município obteve a melhor média dentre as escolas do Agreste e também de todo Pernambuco, sendo, portanto, o município escolhido para realização desta pesquisa. Com relação ao ano de 2015, a rede municipal registrou um total de 3.189 matrículas no Ensino Fundamental I, o percentual de evasão escolar foi de 0,90% na última série do Ensino Fundamental I, e a taxa de distorção idade/série foi de 29,90%.

5.1.2 Gravatá

É um município do estado de Pernambuco, situado às margens do Planalto da Borborema, foi fundado em 15 de março de 1893. Localizado na mesorregião do Agreste pernambucano, tem uma área total de 514,2 km² e uma população de 76.458 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). No período colonial, a área territorial era uma fazenda que pertencia a José Justino Carreiro de Miranda, que a disponibilizava para os viajantes que vinham de Recife e comercializavam açúcar e carne bovina, para as cidades do interior do estado como: Caruaru, Pesqueira e Arcoverde. A navegação pelo rio Ipojuca era bastante difícil, sendo muitas vezes necessário parar no meio do trajeto, para assim evitar a perda de peso do gado. Uma dessas paradas foi denominada de Crauatá, que vinha do tupi e significava “mato que fura”, por naquela região existir uma grande quantidade de plantas bromélias, que eram conhecidas como: caraguatá, caroatá, caroá e gravatá. No ano de 1816, teve início a construção da capela de Sant`Ana, sendo concluída em 1822. Após essa construção, a fazenda foi loteada e vendida, dando início ao povoado de Gravatá, que era um distrito do município de Bezerros. Em 1881, Gravatá deixou de ser distrito de

Bezerras, e passou a ser Vila através da lei 1500/1881, após 3 anos, foi constituída cidade. A sua emancipação ocorreu após a Proclamação da República, através da Lei orgânica que foi criada no ano de 1893, ano que foi eleito o primeiro prefeito da cidade, Antônio Avelino do Rêgo Barros.

No final do século XIX, foi inaugurada a ferrovia *Great Western Railways*, que ligava a capital Recife, ao sertão pernambucano, a cidade então começou a se desenvolver, e foi sendo definida sua predisposição ao turismo, especialmente após a construção da BR-232, no ano de 1950, que facilitou o acesso, diminuindo o tempo gasto para se chegar até a capital. Tem seu relevo acidentado, composto por escarpas, em especial a Russas.

De acordo com os dados do censo educacional 2014 e 2015 divulgados pelo INEP, no ano de 2014, na cidade existe um total de 17 escolas, da rede municipal, que ofertam o Ensino Fundamental I, o número de matrículas nessa etapa de ensino foi de 2.829 matrículas, e o percentual de evasão escolar foi de 1,80%. No ano de 2015, a rede municipal de ensino registrou um total de 3.749 matrículas no Ensino Fundamental I, e a rede privada um total de 2.625 na mesma série. O percentual de distorção idade/série foi de 41,90%. Vale ressaltar, que esses dados foram coletados no ano do último IDEB calculado (2015), no qual uma escola do município apresentou o pior resultado dentre as escolas do Agreste de Pernambuco, sendo portanto o município escolhido para realização desta pesquisa. Já para o ano de 2015 foram registrados um total de 3.749 matrículas, seguidos de taxa de evasão escolar que manteve os 1,80% do ano anterior, e o percentual de distorção idade/série foi de 39,00%.

5.2 Escolas visitadas

As escolas escolhidas para análise foram a Escola Intermediária João Paulo I, localizada em Gravatá, que chamaremos **Escola A** e a Escola Maria das Mercês localizada em Bonito, que chamaremos **Escola B**. Estas visitas tinham o objetivo de tentar compreender o porquê da Escola A ter tido o pior desempenho no IDEB 2015, se comparado com as outras escolas dos municípios da mesorregião do Agreste de

Pernambuco, e da Escola B, ter obtido a mais elevada média no IDEB 2015 não só na mesorregião do Agreste, como também em todo o estado de Pernambuco.

5.2.1 Escola A

No dia 29 de novembro de 2016, foi realizada uma visita a Escola A, no período da manhã. Esta unidade de ensino fica localizada em Mandacaru, zona rural do município de Gravatá. A viagem da cidade até o distrito, fica em média 30 minutos de lotação, sendo um caminho de fácil acesso, pista asfaltada e sinalizada. Ao se chegar à localidade, observou-se que boa parte da mesma é calçada. O município disponibiliza dois ônibus, que ficam parados em frente a escola, um para os alunos e outro para os professores. A unidade educacional é toda murada, e há dois portões de acesso, um pequeno para entrada de alunos, pais, professores, gestores, colaboradores e visitantes em geral, e outro maior, para entrada e saída de veículos. Há árvores frutíferas no entorno da escola, piso de cimento/granito, pátio coberto para recreação, biblioteca equipada com os mais variados livros didáticos, quadra para realização de atividades esportivas e comemorações, sala de gestora e sala de professores. A cozinha é ampla, e, no momento da visita, havia dois funcionários, os mesmos estavam sem materiais adequados para se trabalhar nesse tipo ambiente (luvas, tocas). Quem abriu o portão foi a funcionária que trabalha na limpeza. Os banheiros são bem equipados, e estão localizados na parte da frente, dentro do prédio. A escola é denominada de rural (ou seja, localizada na parte rural do município) e não há salas multisseriadas (isto é, salas de aula contendo alunos de diferentes turmas).

Um dos métodos utilizados na pesquisa foi o da observação, seguido de questionários aplicados aos alunos do 5º ano do ensino fundamental I, professor e gestora, e entrevista gravada em áudio, com a gestora. Primeiro foi aplicado o questionário para os alunos, todos que estavam presentes no dia responderam. Em seguida, foi feita uma dinâmica com os alunos, na qual foi utilizada uma folha em branco e um lápis, onde se pedia para escrever o nome completo, três coisas que o aluno gostava de fazer e sem que os colegas vissem o nome em cada folha, tentavam

descobrir qual era o colega que tinha escrito. A realização da dinâmica, além de descontrair a turma, tinha o objetivo de observar questões como: desenvoltura, escrita e criatividade. Após o término da mesma, foi observado que a maioria dos alunos tem bastante dificuldade na escrita, com muitos erros de grafia. Dois alunos de um total de vinte e dois que estavam presentes no dia, não participaram, pois não sabiam escrever. Os demais tiveram facilidade de entender a dinâmica e se mostraram criativos nas respostas.

Em seguida foi aplicado um questionário ao professor da turma e foi realizada uma entrevista gravada em áudio. O professor é funcionário contratado da prefeitura de Gravatá, tem curso superior em psicologia. A turma tem 25 alunos. Segundo o professor, é uma turma “trabalhosa”, pois raramente ele consegue dar sua aula completa, devido ao mau comportamento em sala de aula. No dia da visita, até então, não havia nenhuma atividade no quadro, alguns alunos mexiam no celular e outros estavam com livros e cadernos abertos. Além desta escola, o professor ministra aulas em outra unidade de ensino, e também tem um consultório de psicologia na região. Ele trabalha em média 20 horas na Escola A e tem uma boa relação com a gestão. Ele relata que alguns dos graves problemas da Escola A, são as altas taxas de evasão escolar e reprovação dos alunos, acrescenta ainda que a maioria deles se encontram fora da faixa de idade da série. Na Escola A, não há programas de redução de abandono escolar e taxas de reprovação, o que segundo ele, é uma das falhas. Para melhorar essa realidade, em um primeiro momento, ele faz uma alerta ao aluno, chamando-o em particular e perguntando o motivo pelo qual ele se ausentou, caso o problema persista, ele chama o responsável do aluno para conversar sobre o assunto e raramente os pais comparecem. As atividades realizadas por ele são exclusivamente feitas em salas de aula, não havendo atividades extracurriculares. De acordo com ele, o material pedagógico é adequado e chega sempre em tempo hábil para o início das aulas, apesar de não vir a quantidade total solicitada, o que faz com que alguns alunos fiquem sem livros, tendo que se juntar com um colega, para realizar as atividades feitas no livro. Ele ainda afirma que o patrimônio da escola é composto por: DVD educativo, projetor de slides, computadores, impressora, etc., que estão em bom estado e funcionam normalmente. O professor também

relatou que conhece os resultados do IDEB 2015, onde a escola teve o pior desempenho, e diz que o resultado faz jus a realidade da Escola A.

Em seguida, foi aplicado um questionário a gestora e foi feita uma entrevista gravada em áudio. Ela tem curso superior em pedagogia e obteve o nível de escolaridade no ano de 2013. Quase sempre participa de atividade de formação continuada e a última que ela participou, foi nos últimos dois anos. *“Esses conhecimentos adquiridos nessas capacitações, quase sempre são utilizados”*. Ela também relata que trabalha com educação há mais de 5 anos e que só exerce essa função de gestora na Escola A. Sua carga horária de trabalho é em média de quarenta horas semanais e esse cargo lhe foi atribuído através de indicação de políticos. Ela não promoveu nenhuma atividade de formação continuada no ano vigente. Há formação de conselho nesta unidade de ensino, que é composto por alunos, professores, pais e funcionários neste ano se reuniram em média quatro vezes, sendo duas vezes a cada semestre. O projeto pedagógico adotado na escola foi encaminhado pela secretaria de educação do município. Há um critério para admissão dos alunos, no qual tem prioridade aquele que mora próximo a unidade de ensino. Neste ano letivo, após o processo de matrícula, ainda existia vagas disponíveis. Não há critério para a formação das turmas nem para a atribuição das turmas aos professores. A média percentual dos professores com vínculo estável, é de 51%, existem mais de 150 alunos matriculados nesta escola e esta funciona há mais de 15 anos. A prova Brasil é aplicada por uma pessoa selecionada e encaminhada pela secretaria de educação. Havia um programa extracurricular, chamado “Mais Educação”, onde os alunos participavam de atividades como: dança, teatro, música, reforço, esse programa encerrou suas atividades no mês de outubro. A gestora ainda relata que é muito pouca a frequência com que os pais comparecem as reuniões da escola e como não justificam a ausência, leva a crer que a maioria não coloca como prioridade o desempenho escolar do filho. Sobre a nota do IDEB 2015, ela diz que tem conhecimento e a mesma faz jus a realidade da escola, ao ser questionada sobre o porquê do baixo desempenho, se comparado a outras escolas da mesorregião do Agreste, ela relata que o conjunto formado por pais, alunos e professores, não se correspondem entre si, o que faz com que seu trabalho seja executado de forma insatisfatória. Segundo ela, os professores são capacitados, mas a maioria deles não tem dedicação em

sala de aula, visto que, numa sala de aula expressa pela heterogeneidade, uns alunos têm facilidade na aprendizagem, e outros não, o que requer atenção redobrada por parte do professor e o mesmo não o faz. A escola não recebeu nenhum tipo de punição ou advertência pelo mau desempenho no IDEB 2015.

5.2.2 Escola B

A visita a Escola B, ocorreu no dia 7 de dezembro de 2016, no período da tarde. Esta escola fica localizada no Sítio Viração, zona rural do município de Bonito. Não há lotação para esta localidade, havendo apenas o ônibus que leva os alunos e uma van, que leva os professores e a gestora. A viagem dura em média 30/40 minutos, sendo um caminho de difícil acesso. A estrada é de terra, e bem estreita, onde só passa um veículo por vez e há muitas ladeiras. A unidade de ensino tem um alpendre localizado na frente, uma sala de aula, uma pequena cozinha e uma sala de apoio, que serve pra guardar materiais que não são utilizados frequentemente. Os dois banheiros ficam localizados na parte de trás do prédio e atendem as necessidades dos alunos, apesar de ser visível o desgaste ocasionado pelo tempo. O piso é de cerâmica vermelha e quem abriu a porta foi a funcionária que trabalha na cozinha ao ser questionada ela respondeu que a merenda é oferecida todos os dias e o cardápio é feito por uma nutricionista e encaminhado para a escola, através secretaria de educação. A escola também é denominada como escola rural e não há salas multisseriadas.

Tentou-se seguir o mesmo cronograma de realizações feitas na Escola A, para que o resultado fosse imparcial. Sendo aplicados os métodos da observação, aplicação de questionários a alunos, professor e gestora, e entrevista gravada em áudio, com a gestora. A sala de aula do 5º ano do ensino fundamental I tem 18 alunos e todos os que estavam presentes no dia, responderam a um questionário. Após concluída esta etapa, foi feita a mesma dinâmica da escola A. Os alunos interagem e a dinâmica foi realizada com sucesso, e após o término da dinâmica, foi observado que a grande maioria dos alunos tem uma escrita perfeita, com poucos ou nenhum

erro de grafia. Foi preciso explicar a dinâmica mais de uma vez, para que eles pudessem compreender e eles se mostraram pouco criativos nas respostas.

Logo em seguida, foi aplicado um questionário à professora da turma, que é funcionária efetiva, tem ensino superior completo e não tem mais nenhuma ocupação fora esta. Sua carga horária de trabalho semanal fica em torno de 20 horas semanais, sem contar o tempo dedicado fora de sala de aula, com planejamento de aulas, provas e atualização dos diários. Na Escola B não há evasão escolar e as taxas de reprovações são baixíssimas, não chegando a 1% dos alunos matriculados, a grande maioria dos alunos estão na idade certa para a sua série. Caso algum aluno venha a faltar aula, os pais são imediatamente chamados na escola, para justificar o porquê do filho ter faltado. Há também um programa de reforço escolar, onde é solicitado à secretaria de educação do município, professores de reforço, de português e matemática, para os alunos que sentem dificuldade com essas matérias. Como ela mesma afirma a seguir:

“A turma tem 18 alunos, quando eu percebo que algum aluno não está acompanhando o rendimento da turma, além de dar uma atenção especial, comunico a minha gestora para que ela solicite professores de reforço junto a secretaria de educação, para que o aluno não seja prejudicado e com isso consiga acompanhar o rendimento do resto da turma” (Professora Escola B)

Devido a uma paralisação, houve interrupção das atividades escolares neste ano, e, após a normalização, foi feita a reposição das aulas, para que não houvesse prejuízo nenhum para os alunos. Sobre o patrimônio físico da Escola B, não há computadores para os alunos, nem acesso a internet, também não há quadra de esportes, biblioteca adequada, laboratório, sala de professores, sala da gestora e nem pátio para recreação. Existe apenas 1 computador, que é utilizado pela gestora e professora, sem internet. Materiais como DVD, televisão, impressora e aparelho de som, existe apenas um de cada. Há atividades extracurriculares na Escola B, que são oferecidas pelo programa “Mais Educação”, que é uma parceria com o Governo Federal.

“O Mais Educação é muito bom, eles fazem essas atividades no período que antecede as aulas, ficando assim o aluno o dia inteiro na escola, o que de certa forma caracteriza uma escola de tempo integral. Os alunos ficam motivados, nunca faltam a essas atividades, eles aprendem a tocar instrumentos musicais, plantar, fazer artesanato, tem também o reforço. Cada dia é uma oficina diferente” (Professora Escola B).

Com relação ao material pedagógico, ele é adequado, ela informa ainda que os livros sempre chegam em tempo hábil para o início das aulas e que nunca faltaram livros para os alunos. Ela não sente dificuldade em ministrar as aulas na escola, teve conhecimento sobre o bom desempenho da escola no IDEB 2015 e se diz muito satisfeita com o resultado alcançado: “*É muito gratificante ver que a escola teve um resultado excelente, pois eu tenho a certeza de que o meu trabalho esta sendo feito com excelência*” (Professora Escola B).

Logo em seguida, foi feita uma entrevista gravada em áudio com a gestora e aplicado um questionário. Ela tem curso superior, nível de escolaridade que obteve a mais de três anos e é funcionária efetiva da instituição de ensino. Quase sempre participa de atividades de formação continuada e trabalha com educação há mais de 15 anos e sua dedicação é exclusiva no cargo. Ela exerce a função de gestora da Escola B há mais de dois anos e trabalha até 40 horas semanais. Esse cargo lhe foi auferido através de indicações da secretaria de educação do município. Ela não realiza atividades de formação continuada nesta escola. Há um conselho que é composto por pais, funcionários e alunos, ao qual se reúnem no mínimo três vezes ao ano, para discutir assuntos de interesse para ambos. A gestora foi quem elaborou o projeto pedagógico desta escola, com o auxílio dos professores. Não há critérios para a admissão de alunos nesta Escola B, após o processo de matrícula, ainda existem vagas disponíveis. Quanto à distribuição de professores para cada turma, ela seleciona os professores mais experientes, para lecionar em turma de anos iniciais do ensino fundamental, como ela mesma afirma: “Eu sempre atribuo essa série a um professor que tenha mais facilidade de lidar com esse tipo de turma, já que essa turma é a que vai fazer a prova Brasil e vai atribuir à média a escola”.

A escola é de pequeno porte, tendo um total de 20 alunos matriculados no quinto ano em 2015, todos alunos antigos da escola. Os professores e gestora, são

todos efetivos. Esta escola funciona há mais de 15 anos e a prova Brasil é aplicada por uma pessoa selecionada pela secretaria de educação do município. De acordo com a gestora, o desempenho obtido no IDEB 2015, faz jus a realidade da escola e quando questionada sobre ser a escola que ficou em primeiro lugar na mesorregião do agreste e também em todo o estado de Pernambuco, no Ensino Fundamental I, ela relata:

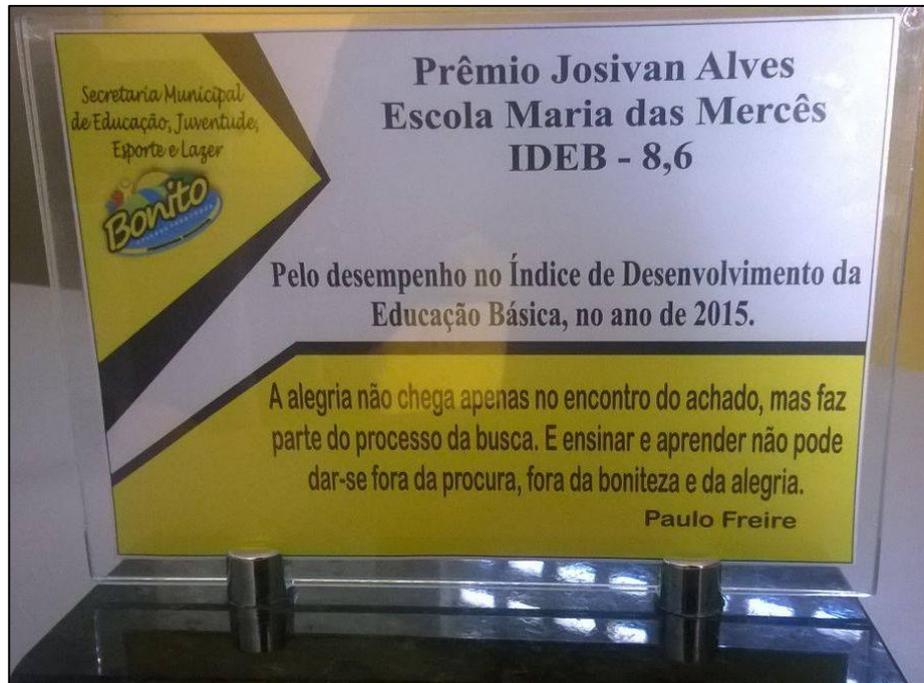
“Quando eu entrei para trabalhar nesta escola, no ano de 2013, a escola tinha diminuído seu desempenho se comparado ao último IDEB do ano 2011. Eu fui confiada a este cargo e me empenhei para que a escola voltasse a ter um bom resultado, já que no ano de 2011, ela também teve a maior nota do IDEB no estado de Pernambuco. Foi um trabalho árduo durante o ano, mas que ao final veio a recompensa”

Os pais e/ou responsáveis, sempre participam das reuniões na escola e os recursos financeiros são aplicados exclusivamente na compra de material pedagógico, salvo aqueles que veem destinados a compra de materiais para a estrutura física da escola (carteira, estante, freezer, caixa d’água, material de limpeza).

“Como você pode ver, nossa escola não tem área para recreação com brinquedos, nem luxo, os alunos que aqui estudam, vem exclusivamente para se dedicar aos estudos, a escola preza pela excelência na aprendizagem dos seus alunos, itens como lazer e estrutura física, são colocados em segundo plano” (Gestora Escola B).

Durante o ano, são feitos simulados de português e matemática, seguindo o mesmo padrão de provas aplicadas na Prova Brasil, para que os alunos fiquem familiarizados com esse tipo de prova. “Faço reuniões periódicas com os professores e acompanho de perto essa aplicação dos simulados. Ao final do ano, os dois alunos que obtiveram as maiores notas recebem uma recompensa, esse ano foi um *tablet*.”, afirma a gestora. Após divulgado o resultado do IDEB 2015, a Escola B não ganhou nenhum tipo de bonificação financeira, devido ao seu excelente desempenho, mas foi presenteada com uma placa, enviada pela secretária de educação.

Figura 5.1 Placa enviada pela secretaria de educação.

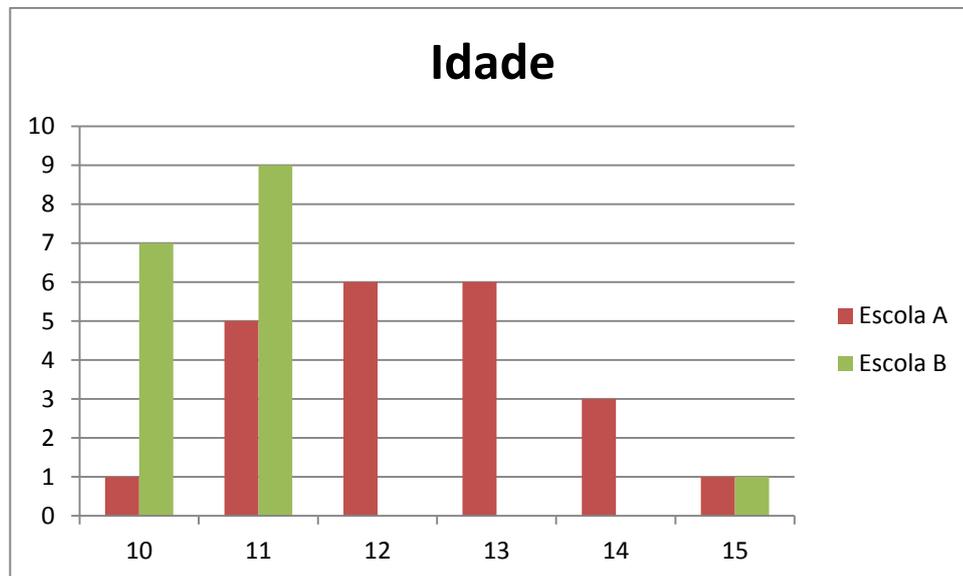


Fonte: A autora

5.2.3 Comparação entre as escolas

Após as análises dos questionários aplicados aos alunos, observou-se que de um total de 22 alunos da Escola A e 17 alunos da Escola B, apenas 27,2% dos alunos da Escola A estavam na idade correta da série, enquanto que na Escola B, de um total de 17 alunos, essa porcentagem era de 94,1%. Tanto a Escola A, quanto a Escola B, apresentaram apenas 1 aluno cada, com a idade de 15 anos, idade essa que já deveria estar cursando o 1º ano do ensino médio, o gráfico a seguir mostra bem essa disparidade.

Gráfico 5.1 Idade dos alunos.



Fonte: Elaboração própria.

Com relação a profissão do pai, na Escola A, 50% dos pais são agricultores enquanto que na Escola B é 88,2%, e quanto a profissão da mãe, na escola A, 81,8% são donas de casa, e 18,2% são agricultoras. Na Escola B, 70,5% são agricultoras e 29,5% são donas de casa.

Quanto à escolaridade, 50% dos pais da Escola A são analfabetos, enquanto na Escola B, o percentual é 35,2%. Na escola A, o mais alto grau de instrução observado, foi 1 pai com ensino médio incompleto. Na escola B, foi 1 pai com o ensino médio completo.

No que diz respeito à escolha da escola, tanto na Escola A, quanto na Escola B, a grande maioria respondeu ter escolhido pois fica próxima da residência.

Quanto ao transporte, na Escola A, 59% dos alunos utilizam o ônibus e na Escola B, o percentual é de 82,3%.

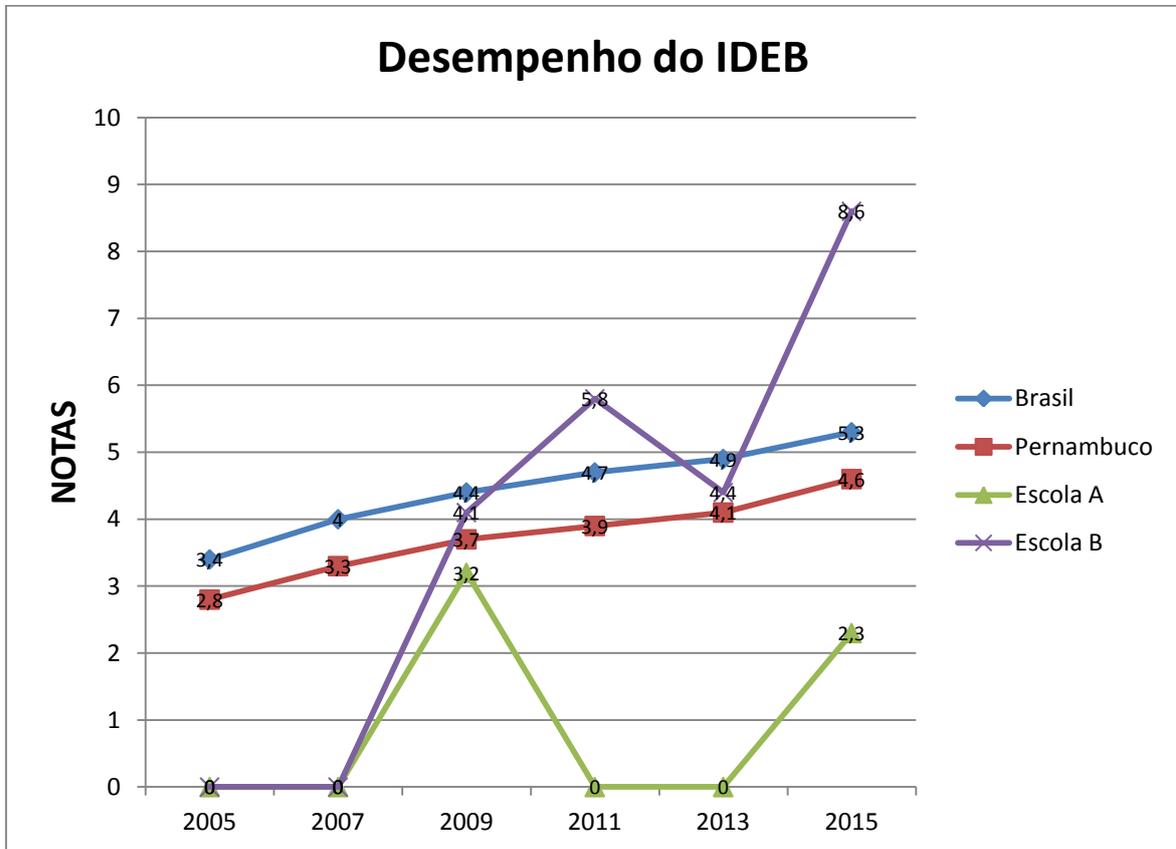
Tabela 5.1 Resumo estudo de caso

Variável	Escola A	Escola B	Todos
Masculino	54,50%	47,10%	51,30%
Idade	12,4	10,8	11,7
Gosta da Escola	90,90%	100%	94,90%
Merenda	100%	100%	100%
Pais Analfabetos	50%	35,29%	42,64%
Mães Analfabetas	27,27%	29,41%	28,34%
Bolsa Família	86,40%	94,10%	89,70%

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 5.1 resume alguns destes resultados. Percebe-se que, nos fatores idade, gostar ou não da escola, e percentual de pais analfabetos, a Escola B apresenta melhores resultados. Apenas no critério mães analfabetas, a Escola A se saiu melhor. Porém, neste fator os resultados das duas escolas foram bem próximos.

Gráfico 5.2 Desempenho no IDEB do Brasil, Pernambuco, Escola A e Escola B, de 2005 a 2015.



Fonte: Elaboração própria com base no Ideb – Inep (2015)..

O Gráfico 5.2 mostra o desempenho obtido ao longo do tempo. Tanto o Brasil, quanto Pernambuco, veem tendo resultados crescentes ao longo do tempo. A nota do IDEB é calculada quando ao menos 10 alunos da escola realizam o exame. Como podemos ver no gráfico, a Escola A não teve resultado no IDEB nos anos 2005, 2007, 2011 e 2013, enquanto que isso aconteceu para a Escola B, apenas em 2005 e 2007. Tendo a Escola A obtido média de 3,2 e a Escola B 4,1. No próximo resultado, a Escola B obteve um desempenho ainda maior, de 5,8 e obtendo com isso o maior IDEB de Pernambuco no ano de 2011. No ano de 2013, a Escola B obteve a nota 4,4, e com isso houve um pequeno declínio, com relação a nota anterior. No ano de 2015, a Escola B alcançou a média de 8,6, sendo a maior da mesorregião do Agreste e a maior do estado de Pernambuco, e a Escola A, obteve a média 2,3, sendo a menor média da mesorregião Agreste de Pernambuco.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Constatou-se que os fatores condicionantes que levaram à Escola B a atingir a melhor média no IDEB, não só da mesorregião Agreste, mas também de todo estado de Pernambuco, no Ensino Fundamental I, foi o maior comprometimento do professor com a turma avaliada e o empenho da gestão. Percebe-se isso através das seguintes medidas adotadas:

- Se procurou acompanhar o método de ensino e avaliação do professor o ano inteiro para com a turma;
- Disponibilizou-se aulas de reforço nas disciplinas de português e matemática, com professores qualificados solicitados a secretaria de educação, já que essas disciplinas fazem parte da grade que constam na avaliação da Prova Brasil e Saeb;
- Houve a premiação aos alunos mais bem colocados nos simulados aplicados, como forma de incentivo, sendo disponibilizado um *tablet* no ano de 2015.

Observou-se que na escola B a distorção idade/série é bem baixa, sendo mais de 90% dos alunos com idade apropriada para a série, certamente as medidas da gestão de estímulo ao estudo contribuíram para tal resultados.

Podemos afirmar então, que todo o conjunto desses fatores mencionados, refletem diretamente e positivamente na nota do IDEB. Já é a segunda vez que a escola atinge a maior média do estado, sendo no ano de 2011, ela também atingiu níveis de excelência. Apesar da Escola B ter obtido a maior nota, os alunos ao serem submetidos a uma dinâmica, se mostraram poucos criativos nas respostas. Isto pode indicar que embora os alunos sejam estimulados a obterem bons resultados em português e matemática, talvez outras habilidades não estejam sendo suficientemente estimuladas.

Na Escola A, observou-se uma elevada distorção aluno/série, e ao realizar a dinâmica, os alunos se mostraram mais criativos. Aparentemente não foram encontradas limitações quanto a estrutura física e acesso a material pedagógico, que fosse determinante para justificar o mau desempenho obtido no IDEB.

Não foi observada uma participação efetiva por parte da gestão da Escola A com a turma, o que se pareceu ser um dos fatores determinantes para o baixo desempenho no IDEB.

A Tabela 6.1 traz alguns dados referentes tanto aos municípios quanto às escolas.

Tabela 6.1 Fatores determinantes

INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO	ESCOLA A	ESCOLA B
Área município (2010)	514,2km ²	401,82km ²
IDHM município (2010)	0,634	0,561
Índice de Gini município (2010)	0,53	0,55
Violência município (mortes em 2016)	37	12
PIB Per Capita 2010 (Reais)	7.156,85	5.847,78
PIB município a preços correntes em reais (2010)	548.708,00	219.701,00
População município (2010)	76.458	37.566
INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA PESQUISA DE CAMPO	ESCOLA A	ESCOLA B
	Elaborado pela secretária de educação	Elaborado pela gestão escolar
Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	Contratados	Efetivos
Professores	Ausência	Presença
Reforço escolar	Ausência	Presença
Simulados periódicos	Ausente	Presente
Acompanhamento da gestão	Elevada	Baixa
Evasão Escolar	Elevada	Baixa
Distorção/série		
Participação dos pais em reuniões escolares	Ausência	Presença

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, da Secretária de Defesa Social e a pesquisa de campo (2016).

Podemos perceber que embora o município da Cidade A tenham um maior PIB per capita, um maior Índice de Desenvolvimento Humano e um menor índice de Gini, se olharmos o índice de violência no município medido em mortes por violência, percebemos que este é mais que o triplo da cidade B. Certamente, a gestão desenvolveu um importante papel na escola B para que ela chegasse aos resultados alcançados. Contudo, um ambiente mais tranquilo em termos de violência, é certamente um terreno que permite este tipo de comprometimento.

7 CONCLUSÕES

Este trabalho procurou uma melhor compreensão de quais fatores determinam os resultados do IDEB, o principal indicador utilizado pelo governo para avaliação da Educação Básica. Para isso, ele partiu de uma análise histórica desde o surgimento da educação formal no Brasil até os dias atuais, na qual observa-se que embora de modos diferentes, a desigualdade de acesso à educação sempre esteve presente no Brasil.

Em seguida, ao se comparar os resultados obtidos pelos estados no decorrer dos anos, é notória a presença de resultados mais elevados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e resultados inferiores nas regiões Norte e Nordeste, com raras exceções, como é o caso do Ceará que no período de criação do IDEB ocupava a 18ª colocação e atualmente é tem o 5º maior resultado do país.

O estado de Pernambuco, tem apresentado uma leve melhora em seu desempenho com o passar dos anos, porém, sua colocação tem oscilado. Percebe-se nele uma grande heterogeneidade entre os resultados dos diferentes municípios. Sendo a mesorregião do Sertão aquela com um maior percentual de municípios que atingiram a meta.

Nos estudos de caso notou-se que a escola que apresentou melhores resultados (Escola B) foi aquela da cidade com menor PIB, menor IDH e maior Índice de Gini, porém percebeu-se também nesta escola um grande comprometimento de seus colaboradores com o aprendizado dos alunos, sobretudo nos tópicos requisitados pela avaliação realizada pelo IDEB. Contudo, embora a cidade da escola A, apresente melhores indicadores em termos de poder econômico e distribuição de renda, esta também é uma cidade com um índice de violência superior, o que pode indicar uma maior dificuldade de desenvolver um trabalho de qualidade em lugares mais remotos.

Esta pesquisa abre portas para possíveis investigações futuras, como por exemplo, estudar a importância da participação efetiva da gestão escolar, como fator determinante para o aumento no desempenho da nota do IDEB; estender a pesquisa

para mais escolas; avaliar cada aluno em particular, para identificar o entorno social na qual ele vive; entre outras.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. **A gerência da criatividade**. São Paulo: Makron, 1996.
- ALMEIDA, A. T. C; DOMICIANO, F; L. **Observatório da economia da educação na Paraíba**: Resultados e discussões a rede pública de ensino. Artigo. Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- ANDRADE, R. **Teoria do Capital Humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. 75 f. Monografia de conclusão de curso em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BOAVENTURA, E. M. **A educação brasileira no período joanino**. Salvador: E-DUFBA, 2009.
- BRASIL 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2016.
- BRASIL 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em 01 de setembro de 2016.
- BRASIL 2014. **Anuário Brasileiro da Educação**. São Paulo: Moderna, 2014.
- BRASIL 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.
- BRASIL 2015. **Avaliação Nacional da Alfabetização**. Disponível em: <<http://ana.inep.gov.br/ANA/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.
- BRASIL 2015. **Censo Escolar da Educação Básica 2015**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.
- BZUNECK, J. A. **A motivação do aluno**: contribuições da psicologia contemporânea. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009a. p. 9-36.

COSTA, A. L.; FREITAS, L. C.; DALBEN, A. **O IDEB: Limites e ilusões de uma política educacional.** 125f. Artigo. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330049008>>

CUNHA, O. E. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do Ideb: um estudo em duas escolas municipais de Salvador.** 172f. Dissertação de Mestrado em educação. Universidade Federal da Bahia, 2012.

DOMICIANO, F. L. ALMEIDA, C. T. A. **Gastos públicos municipais e os resultados do IDEB: Evidências para os municípios paraibanos.** Revista Economia e Desenvolvimento, v. 14, n. 1, p. 44-64, 2015.

FERNANDES, R. GREMAUD, A. P. **Qualidade da Educação: avaliação, indicadores e metas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRÂNIO, L. D.; ALÉSSIO, T. C. A. **Gastos públicos municipais e os resultados do IDEB: Evidências para os municípios paraibanos.** Revista economia e desenvolvimento. Paraíba, 2015.

Histórico de Bonito. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260230>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

Histórico de Gravatá. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260640> > Acesso em: 17 de outubro de 2016.

HORTA NETO, J. L. **As avaliações externas e seis efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os estados de Minas Gerais e São Paulo.** Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

IDEB-INEP. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

INDICADORES EDUCACIONAIS. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

JONES, I. C. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Klein, R. Ribeiro, S. C, **O censo educacional e o modelo de fluxo:** o problema da repetência. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 52, n. 197/198, p. 05-45, jan/dez, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. **A educação brasileira no período pom-balino:** uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, 2006.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARÇAL RIBEIRO, P. R. **Educação Escolar no Brasil:** Problemas, Reflexões e Propostas. Coleção Textos, v. 4, Araraquara, UNESP, 1990.

OCDE 2012. **Indicadores Educacionais em Foco.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/indicadores_educacionais_foco/indicadores_educacionais_foco_n_10.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã –** Cadernos de Formação – História da Educação – São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora, 3. ed., p. 29-47, 2005.

PIRES, V. **Economia da Educação:** Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PISA – EducaCenso – Disponível em: <<http://sitio.educacenso.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

PLATAFORMA QEDU. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/Brasil/taxas-rendimento>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

REIS, J. **Educação é investimento**. São Paulo: Ibrasa, 1968.

OECD. **Education at a Glance 2015**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/education-at-a-glance-19991487.htm>> Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

RIBEIRO, G. C. F. **O Capital Humano e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – O Caso da Qualidade do Ensino no Sistema Federal e Estadual**. 66 f. Monografia – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Autores associados, 2006. 112 p.

SCHULTZ, W. T. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, M. Q; SILVA, A. A. S. **Perfil do IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica) do município de Araxá-MG**. Evidência, Araxá, v. 10, n. 10, p. 53-59, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009. P. 175.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO GESTOR

1. Sexo

- (A) Masculino (B) Feminino

2. Idade

- (A) Até 24 anos (D) De 40 a 49 anos
(B) De 25 a 29 anos (E) De 50 a 54 anos
(C) De 30 a 39 anos (F) 55 anos ou mais

3. Como você se considera

- (A) Branco(a) (D) Amarelo(a)
(B) Pardo(a) (E) Indígena
(C) Preto(a)

4. Qual o seu nível de escolaridade?

- (A) Menos que o Ensino Médio
(B) Ensino Médio – Magistério
(C) Ensino Médio – outros
(D) Ensino Superior – Pedagogia
(E) Ensino Superior – Outras licenciaturas
(F) Ensino Superior – Outros

5. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado anteriormente?

- (A) Há 2 anos ou menos (D) De 15 a 20 anos
(B) De 3 a 7 anos (E) Há mais de 20 anos
(C) De 8 a 14 anos

6. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc.) nos últimos dois anos?

- (A) Sim
(B) Não

7. Qual a carga horária da atividade mais relevante que você participou?

- (A) Menos de 20 horas (C) De 41 a 80 horas
(B) De 21 a 40 horas (D) Mais de 80 horas

8. Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada de que você participou?

(A) Quase sempre (C) Quase nunca

(B) Eventualmente (D) Nunca

9. Além da direção desta escola, você exerce outra atividade que contribui para sua renda pessoal?

(A) Sim, na área da educação

(B) Sim, fora da área da educação

(C) Não

10. Há quantos anos você trabalha em educação?

(A) Há menos de 2 anos (D) De 11 a 15 anos

(B) De 2 a 4 anos (E) Há mais de 15 anos

(C) De 5 a 10 anos

11. Há quantos anos você exerce funções de direção?

(A) Há menos de 2 anos (D) De 11 a 15 anos

(B) De 2 a 4 anos (E) Há mais de 15 anos

(C) De 5 a 10 anos

12. Há quantos anos você é diretor desta escola?

(A) Há menos de 2 anos (D) De 11 a 15 anos

(B) De 2 a 4 anos (E) Há mais de 15 anos

(C) De 5 a 10 anos

13. Qual a sua carga horária de trabalho nesta escola?

(A) Até 20 horas semanais

(B) Até 30 horas semanais

(C) Até 40 horas semanas

(D) Mais de 40 horas semanais

14. Você assumiu a direção desta escola por:

(A) Seleção (E) Indicação de políticos

(B) Eleição apenas (F) Outras indicações

(C) Seleção e eleição (G) Outra forma

(D) Indicação de técnicos

15. Você promoveu alguma atividade de formação continuada nesta escola?

(A) Sim

(B) Não

16. Qual foi a proporção de docentes da sua escola que participou das atividades de formação continuada promovidas por você nos últimos dois anos?

- (A) Menos de 10% (D) Mais de 51%
 (B) Entre 11% e 30% (E) Não sei
 (C) Entre 31% e 50%

17. Neste ano, quantas vezes o conselho desta escola se reuniu?

- (A) Uma vez (D) Nenhuma vez
 (B) Duas vezes (E) Não existe conselho nesta escola
 (C) Três vezes ou mais

O conselho desta escola é composto por representantes:

SIM NÃO

18. Professores (A) (B)
 19. Alunos (A) (B)
 20. Funcionários (A) (B)
 21. Pais (A) (B)

22. Neste ano, quantas vezes se reuniram os conselhos de classe desta escola?

- (A) Uma (D) Nenhuma
 (B) Duas (E) Não existe conselho nesta escola
 (C) Três

23. Qual o projeto pedagógico desta escola?

- (A) Foi adotado o modelo encaminhado pela secretária de educação
 (B) Foi elaborado por mim
 (C) Foi elaborado por mim, com sugestões de professores
 (D) Os professores elaboraram
 (E) Não sei como foi desenvolvido
 (F) Não existe projeto pedagógico

24. Qual o critério para a admissão dos alunos nesta escola?

- (A) Prova de seleção
 (B) Sorteio
 (C) Local de moradia
 (D) Prioridade por ordem de chegada
 (E) Não existe critério pré-estabelecido

25. Neste ano letivo, como foi a situação da oferta de vagas?

- (A) Após o processo de matrícula, ainda existia vagas disponíveis
 (B) A procura por vagas na escola preencheu todas as vagas oferecidas

- (C) A procura por vagas foi um pouco maior que as vagas oferecidas
 - (D) A procura por vagas superou e muito o número de vagas oferecidas
26. Qual o critério utilizado para a formação das turmas nesta escola?
- (A) Homogeneidade quanto a idade
 - (B) Homogeneidade quanto ao rendimento escolar
 - (C) Heterogeneidade quanto ao rendimento escolar
 - (D) Não houve critério
27. Neste ano, qual foi o critério mais importante para a atribuição das turmas aos professores?
- (A) Preferência por professores
 - (B) Professores experientes com turma de aprendizagem mais rápida
 - (C) Professores experientes com turma de aprendizagem mais lenta
 - (D) Manutenção do professor com a mesma turma
 - (E) Revezamento dos professores entre as séries
 - (F) Sorteio das turmas entre os professores
 - (G) Não existe critério pré-estabelecido
28. Qual o percentual de professores com vínculo estável nesta escola?
- (A) Menor ou igual a 25%
 - (B) De 26% a 50%
 - (C) De 51% a 75%
 - (D) De 76% a 90%
 - (E) De 91% a 100%
29. Número de alunos matriculados em 2015?
- (A) Entre 20 e 50
 - (B) Entre 51 e 100
 - (C) Entre 101 e 150
 - (D) Mais de 150
30. Qual o tempo de funcionamento da escola?
- (A) Há menos de 2 anos
 - (B) De 2 a 4 anos
 - (C) De 5 a 10 anos
 - (D) De 11 a 15 anos
 - (E) Há mais de 15 anos

31. Qual a quantidade de salas de aulas na escola?
- (A) Entre 1 e 2
 - (B) Entre 3 e 5
 - (C) Entre 6 e 8
 - (D) Entre 9 e 10
 - (E) Mais de 11
32. Quem aplica a prova Brasil?
- (A) Professor de cada turma
 - (B) Professor de turma diferente
 - (C) Equipe de gestão da escola
 - (D) Pessoa selecionada pela secretaria de educação
33. Como é utilizado os recursos financeiros desta escola?
- (A) Para compra de material pedagógico
 - (B) Compra de material para a estrutura física da escola
 - (C) Para produtos de limpeza da escola
 - (D) Para eventos realizados na escola
34. Há escola oferece atividades extracurriculares?
- (A) Sim
 - (B) Não
35. O desempenho obtido no IDEB 2015 faz jus a realidade da escola?
- (A) Sim
 - (B) Não
36. Há acesso a internet na escola?
- (A) Sim
 - (B) Não
37. Qual a frequência com que os pais participam das reuniões nesta escola?
- (A) Sempre
 - (B) Quase sempre
 - (C) Nunca participam
 - (D) Não existem reuniões escolares nesta escola

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PROFESSOR

1. Sexo

- (A) Masculino (B) Feminino

2. Idade

- (A) Até 24 anos (D) De 40 a 49 anos
(B) De 25 a 29 anos (E) De 50 a 54 anos
(C) De 30 a 39 anos (F) 55 anos ou mais

3. Como você se considera?

- (A) Branco(a) (D) Amarelo(a)
(B) Pardo(a) (E) Indígena
(C) Preto(a)

4. Qual o seu nível de escolaridade?

- (A) Menos que o Ensino Médio
(B) Ensino Médio – Magistério
(C) Ensino Médio – Outros
(D) Ensino Superior – Pedagogia
(E) Ensino Médio – Outras licenciaturas
(F) Ensino Superior – Outros

5. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado anteriormente?

- (A) Há 2 anos ou menos
(B) De 3 a 7 anos
(C) De 8 a 14 anos
(D) De 15 a 20 anos
(E) Há mais de 20 anos

6. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc) nos últimos dois anos?

- (A) Sim (B) Não

7. Qual a carga horária da atividade mais relevante que você participou?

- (A) Menos de 20 horas
(B) De 21 a 40 horas

- (C) De 41 a 80 horas
 - (D) Mais de 80 horas
8. Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada de que você participou?
- (A) Quase sempre
 - (B) Eventualmente
 - (C) Quase nunca
 - (D) Nunca
9. Além de ser professor(a), você trabalha com outra atividade que contribui para sua renda pessoal?
- (A) Sim, na área de educação
 - (B) Sim, fora da área de educação
 - (C) Não
10. Há quantos anos você trabalha na área de educação?
- (A) Há menos de 2 anos
 - (B) De 2 a 4 anos
 - (C) De 5 a 10 anos
 - (D) De 11 a 15 anos
 - (E) Há mais de 15 anos
13. Qual a sua carga horária de trabalho nesta escola?
- (A) Até 20 horas semanais
 - (B) Até 30 horas semanais
 - (C) Até 40 horas semanais
 - (D) Mais de 40 horas semanais
14. Nesta escola, há algum programa de redução das taxas de abandono/evasão?
- (A) Sim e o programa está sendo aplicado
 - (B) Sim, mas ainda não foi implementado
 - (C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema
 - (D) Não, porque nesta escola não há esse tipo de problema
15. Nesta escola, há algum programa de redução das taxas de reprovação?
- (A) Sim e o programa está sendo aplicado
 - (B) Sim, mas ainda não foi implementado
 - (C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema

(D) Não, porque nesta escola não há esse tipo de problema

16. Para evitar que os alunos faltem às aulas:

(A) Os professores falam com os alunos

(B) Os pais/responsáveis são avisados por comunicação escrita

(C) Os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto em reunião dos pais

(D) Os pais/responsáveis são chamados para conversar sobre o assunto individualmente

(E) A escola envia alguém à casa do aluno

17. Esta escola desenvolve, regularmente, algum programa de apoio ou reforço de aprendizagem para alunos?

(A) Sim

(B) Não

18. Alguns problemas podem ocorrer nas escolas, responda se ocorreu , e se dificultou o funcionamento da escola

Não Sim e dificultou

Insuficiência de recursos financeiros?

Inexistência de professores para algumas disciplinas ou série?

Carência de pessoal de apoio pedagógico?

Carência de pessoal administrativo?

Falta de recursos pedagógicos?

Interrupção das atividades escolares?

Alto índice de falta por parte dos professores?

Rotatividade do corpo docente?

Problema disciplinares causados por alunos?

19. Nesta escola existem ou não os recursos citados abaixo e quais são as suas condições de uso?

Bom Regular Inexistente

Computadores para uso dos alunos

Acesso à internet para uso dos alunos

Computadores para uso dos professores

Computadores exclusivamente para uso administrativo

DVD educativo

DVD (lazer)

Máquina copiadora

Impressora

Retroprojektor

Projektor de slides

DVD

Televisão

Antena parabólica

Linha telefônica

Aparelho de fax

Aparelho de som

Biblioteca

Quadra de esportes

Laboratório

Auditório

Sala para atividades de música

Sala para atividades de artes plásticas

20. Que atividades extracurriculares são desenvolvidas com os alunos nesta escola?

Sim

Não

Esportivas

Artísticas (dança, teatro, música, trabalhos artesanais)

21. Neste ano, ocorreram as seguintes situações?

	Sim	Não
Os livros chegaram em tempo hábil para o início das aulas		
Faltaram livros para os alunos		
Os livros escolhidos foram os recebidos		

22. Você conhece os resultados do sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB) ?

- (A) Sim
- (B) Não

23. Você teve conhecimento sobre o resultado do IDEB 2015?

- (A) Sim
- (B) Não

24. Qual a disciplina que você ministra?

- (A) Humanas
- (B) Exatas
- (C) Todas as disciplinas

25. Quais são as principais dificuldades para ministrar as aulas?

- (A) Indisciplina dos alunos
- (B) Falta de material pedagógico adequado
- (C) Nesta escola não há dificuldade para ministrar as aulas

26. Esta escola é de fácil ou difícil acesso?

- (A) Fácil
- (B) Difícil

27. Há material pedagógico adequado?

- (A) Sim
- (B) Não

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ALUNO

1. Sexo

- (A) Feminino (B) Masculino

2. Idade

- (A) 10 anos
(B) 11 anos
(C) 12 anos
(D) 13 anos
(E) 14 anos

3. Gosta da escola?

- (A) Sim (B) Não

4. A merenda é oferecida todos os dias?

- (A) Sim (B) Não

5. Seu responsável recebe bolsa família?

- (A) Sim (B) Não

6. Qual a profissão do responsável?

- (A) Dono(a) de casa
(B) Agricultor(a)
(C) Secretário(a) do lar
(D) Funcionário da rede privada
(E) Funcionário público(a)
(F) Outros

7. Qual a escolaridade da mãe?

- (A) Analfabeto
(B) Ensino Fundamental completo
(C) Ensino Fundamental incompleto
(D) Ensino Superior incompleto
(E) Ensino Superior completo

8. Qual foi o fator decisivo que levou você a se matricular nesta escola?

- (A) Próxima à residência
(B) Escola de tempo integral

- (C) Professores capacitados
- (D) Só há esta escola na região

10. Qual o meio de transporte utilizado para chegar na escola?

- (A) Carro
- (B) Ônibus
- (C) Bicicleta
- (D) A pé

11. O uso do fardamento é obrigatório?

- (A) Sim
- (B) Não